




**T-VIDA 08**  
RELATÓRIO E CONTAS





 THOMAS STRUTH  
B. 1954 ALEMANHA  
"MUSEO DEL PRADO 7",  
MADRID 2005  
C-PRINT, FRAMED  
169,5 X 210,6 CM, 177,5 X 218,6 CM, FRAMED  
EDITION OF 10  
© 2008 THOMAS STRUTH

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografia BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

**BES**  
**art** COLEÇÃO  
BANCO  
ESPÍRITO SANTO





 GERARD CASTELLO LOPES  
Lisboa, 1998  
Prova gelatina sal de prata  
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

**T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.**

Av. da Liberdade, nº 242 • 1250 – 149 Lisboa / Portugal  
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa • NIPC: 507 684 486

**T-VIDA 08**  
RELATÓRIO E CONTAS



## ÍNDICE GERAL

---

<b>01</b>	Órgãos Sociais	06
<b>02</b>	Relatório do Conselho de Administração	08
<b>03</b>	Demonstrações Financeiras	15
<b>04</b>	Mapa de Variação de Capitais Próprios	19
<b>05</b>	Demonstração de Fluxos de Caixa	21
<b>06</b>	Anexo às Demonstrações Financeiras	23
<b>07</b>	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único	58

**T-VIDA 08**  
RELATÓRIO E CONTAS



 GERARD CASTELLO LOPES  
Lisboa, 1998  
Prova gelatina sal de prata  
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

# 01 ÓRGÃOS SOCIAIS

---



## Órgãos Sociais

---

### Assembleia-Geral

---

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira  
(Presidente)

João Afonso Pereira Gomes da Silva  
(Secretário)

### Conselho de Administração

---

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Vogal)

### Fiscal Único

---

José Manuel Macedo Pereira  
(ROC)

### Conselho de Administração

---



Peter Brito e Cunha

(Presidente)



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente



© ANDREAS GURSKY  
1955, Leibzig, Alemanha  
Schnorchler, rias bajas, 1988  
Prova por revelação cromogénia  
59x75cm  
Edição 9/12

Cortesia do Artista

## 02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, SA, respeitantes ao exercício de 2008.

### 2.1 Enquadramento Macroeconómico

#### 2.1.1 Situação Económica Internacional

O ano de 2008 foi marcado pelo prolongamento e aprofundamento da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos e pela sua transformação gradual numa crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global.

A maior percepção dos riscos de liquidez e de solvabilidade (com a falência ou perda de independência de algumas instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa) resultou numa relutância quase total das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito. A indisponibilidade de cedência de liquidez por parte do sector privado foi particularmente visível entre o final do 3º trimestre e o início do 4º trimestre, não obstante as intervenções agressivas das autoridades no sentido de assegurar o regular funcionamento dos mercados.

Na Zona Euro, a taxa de juro Euribor a 3 meses subiu de 4,684% para um máximo de 5,393% (observado no início de Outubro), terminando o ano em 2,892%, após as descidas das taxas de referência e as fortes injeções de liquidez no mercado monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE). O aumento da incerteza (sobretudo associada ao sector financeiro) e as expectativas de desaceleração da actividade económica penalizaram fortemente os principais índices accionistas, tanto nos EUA como na Zona Euro.

A elevada volatilidade foi também visível nos mercados de *commodities*. Na primeira metade do ano, o preço do petróleo exibiu uma forte tendência de subida, atingindo um valor próximo de USD 150/barril em Julho. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global e, em particular, a um aumento da procura de natureza especulativa.

A expectativa de abrandamento da procura e, mais tarde, a probabilidade crescente associada a um cenário de recessão global retiraram o suporte à procura especulativa e contribuíram para uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de USD 40. A mesma tendência de correcção foi observada ao nível das matérias-primas não energéticas, contribuindo, assim, para uma descida significativa da inflação (e das expectativas de inflação) no final do ano.

O ambiente monetário e financeiro mais restritivo, a “secagem” de liquidez nos mercados de capitais, a forte subida dos preços das *commodities*

e da inflação na primeira metade do ano e, por último (mas não menos importante), uma deterioração significativa dos índices de confiança dos agentes económicos, alimentaram uma desaceleração, ou mesmo contracção, da actividade nas principais economias desenvolvidas. Embora mantendo perspectivas de crescimento mais favoráveis que a Europa e os Estados Unidos, os mercados emergentes foram também afectados pela deterioração global dos níveis de confiança, quer ao nível da actividade, quer, sobretudo, ao nível dos mercados financeiros.

A Zona Euro sofreu, em 2008, um expressivo abrandamento, tendo o crescimento do PIB sido de 0,8%, após o registo de 2,6% observado em 2007. Deve, contudo, sublinhar-se que apenas no 1º trimestre do ano foi verificado um crescimento trimestral positivo, tendo nos restantes trimestres sido observada uma contracção da actividade, que se acentuou na parte final do ano.

De facto, o desempenho da economia da Zona Euro foi sendo crescentemente influenciado por uma maior restritividade das condições de financiamento, por um efeito riqueza negativo decorrente da desvalorização ocorrida nos mercados accionista e por um aumento generalizado do clima de incerteza.

A deterioração do sentimento de empresários e consumidores foi evidente, com os respectivos índices a atingirem níveis historicamente baixos nos últimos meses do ano. Assim, foi essencialmente a procura interna que liderou a trajectória de abrandamento, crescendo apenas 0,7%, após 2,4% no ano de 2007. Também as exportações e as importações exibiram uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, as primeiras penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro verificada na primeira metade do ano e as segundas acompanhando a desaceleração da procura interna.

Apesar desta evolução da actividade, a taxa de desemprego média anual manteve-se idêntica à registada em 2007, em 7,5% da população activa, sendo, no entanto, visível uma trajectória de agravamento na parte final do ano (8,1% no 4º trimestre). No plano dos preços, a taxa de inflação média anual agravou-se de 2,1% para 3,4%, em consequência da subida acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais, sobretudo na primeira metade de 2008. De referir, no entanto, que a taxa de variação homóloga desceu significativamente no último trimestre, atingindo um registo de 1,6% em Dezembro.

Num ambiente monetário e financeiro mais restritivo, depois de ter elevado em 25 pontos base a taxa de juro de referência em Julho, para 4,25%, o BCE reduziu, entre Outubro e Dezembro, aquela taxa num montante acumulado de 175 pontos base, para 2,5%. A cotação do euro registou, no conjunto do ano de 2008, uma depreciação de 4,3% relativamente ao dólar, encerrando o ano a EUR/USD 1,3953.

De referir que, na primeira metade do ano, se observou uma apreciação da divisa europeia, tendo sido alcançado um máximo de EUR/USD 1,5990 em Abril, ocorrendo no segundo semestre uma visível correcção em baixa.

## 2.1.2 Situação Económica Nacional

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas (na primeira metade do ano) e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1,9% para 0%, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a descer de 7,5% para 0,4% e a queda do investimento, que registou uma variação de -0,5%, após um crescimento de 3,1% no ano anterior. O arrefecimento das exportações esteve associado, sobretudo, à evolução desfavorável da actividade económica nas economias de Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas.

De referir, no entanto, que as exportações portuguesas para alguns destinos menos tradicionais mantiveram um dinamismo elevado. Destacam-se, neste caso, as economias de Angola e do Magrebe e, em menor grau, algumas economias na Ásia e na América Latina. A desaceleração das exportações foi comum às mercadorias e aos serviços.

A formação bruta de capital fixo foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (que se concretizou numa subida generalizada dos *spreads* de crédito para empresas e famílias) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas.

No conjunto de 2008, o crescimento do consumo privado manteve-se relativamente estabilizado, em 1,4%. Este registo implica um crescimento ainda superior ao do PIB e sugere uma nova redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5,5% do PIB. Não obstante a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, na segunda metade do ano, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro.

A taxa de inflação média anual subiu de 2,5% para 2,6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8,0% para 7,6% da população activa, reflectindo o crescimento ligeiramente acima do potencial observado nos dois anos anteriores. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida no último trimestre de 2008 (para 7,8%), em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano.

O défice das Administrações Públicas voltou a reduzir-se em 2008, de 2,6% para 2,2% do PIB. Ao mesmo tempo, a desaceleração das exportações e a manutenção de um crescimento sustentado das importações contribuíram para um aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,3% para cerca de 10,0% do PIB.

## 2.1.3 Mercado Segurador

A grave crise do sistema financeiro, ao se alastrar por todos os sectores da economia, afectou também a actividade seguradora.

A evolução negativa do mercado de capitais, condicionou a valorização da carteira de investimentos do sector e as consequentes menos valias potenciais afectaram os resultados do exercício. Em casos pontuais, foi

exigido um reforço de capital próprio para manter as margens de solvência das seguradoras num nível prudente.

A estagnação da economia portuguesa aliada a ajustamentos tarifários em baixa (devido a uma cada vez mais intensa actividade concorrencial), resultou numa histórica diminuição do volume global de prémios Não Vida.

O total da produção, Vida e Não Vida, no valor de 15.336 milhões de euros, registou em 2008 um crescimento de 11,5% em relação ao ano anterior, mas foi resultado do bom desempenho dos ramos Vida. Com efeito, com um total de prémios de 11.012 milhões de euros e uma taxa de crescimento homóloga de 17,5%, o segmento Vida foi o que mais contribuiu para a evolução positiva do mercado segurador em 2008.

Destaque para as contribuições para os PPR que cresceram 45,2%. Este tipo de produtos, assim como outros de poupança de longo prazo comercializados pelas seguradoras, continuam a merecer óptima aceitação por parte dos aforradores e poderão mesmo ter beneficiado da actual conjuntura de crise nos mercados financeiros, desviando poupanças para produtos de menor risco. Por outro lado, os resgates de seguros de capitalização de Vida também têm tendência para aumentar – os montantes pagos em 2008 cresceram mais de 40%.

O segmento Não Vida, com um volume de prémios de 4.324 milhões de euros, apresentou uma evolução negativa em relação ao ano anterior de 1,3%. As principais contribuições negativas vieram dos ramos Automóvel (-6,9%, justificada pela tendência de diminuição do prémio médio e também pela alteração do método de contabilização da contribuição para o Fundo de Garantia Automóvel) e Acidentes de Trabalho (-2,8%, influenciada por ajustamentos tarifários e diminuição da actividade económica).

Muitos dos restantes ramos Não Vida tiveram uma evolução positiva, como é o caso dos seguros de Saúde (+10,5%) que reflectem a contínua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde e os seguros de Crédito e Caução (+14,4%) consequência do aumento da procura por este tipo de garantias, no actual contexto conjuntural.

O peso da actividade seguradora no PIB passou de 8,45% em 2007 para 9,15% em 2008, o maior nível de sempre. O segmento Vida contribui com 6,57% para o PIB e o Não Vida com 2,58% (5,75% e 2,69% em 2007, respectivamente). A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se em 2008, com especial destaque para Acidentes de Trabalho e Saúde, cuja taxa continua muito elevada, próxima dos 80%.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar do sector segurador, a iniciativa mais importante foi a publicação da nova Lei do Contrato de Seguro. Embora só produza efeitos a partir do início de 2009, o ano de 2008 foi de intensa preparação para este novo regime jurídico do contrato de seguro.

Existem outros projectos em fase de preparação, com destaque para o Solvência II, que tem sido objecto de vários estudos ao nível dos vários mercados, de onde se salienta, em 2008, a realização do QIS 4, que se saldou por uma participação muito positiva do mercado segurador português.

## 2.2 Factos Relevantes de 2008

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., seguradora do Grupo Espírito Santo, constituída a 28 de Julho de 2006, iniciou a sua actividade no Ramo Vida, em 1 de Agosto de 2006, tendo assim dois anos de actividade.

No ano de 2008, a T-Vida apresentou um crescimento de produção de 316 307 milhares de euros, apresentando uma variação positiva de 405,5% e uma receita de 394 307 milhares de euros.

A 31 de Dezembro de 2008, o stock de apólices em carteira cresceu 8,7%, chegando às 141 339 apólices, tendo as apólices novas um contributo positivo, apresentando um crescimento de 2,5%. As apólices anuladas tiveram um acréscimo de 31,6%, consequência do volume elevado de vencimentos.

Em 2008, foi efectuado um aumento dos fundos próprios com o reforço do capital social no valor de 45 milhões de euros, passando a ser de 65 milhões de euros, tendo ocorrido um reembolso de prestações acessórias no valor de 20 milhões de euros.

## 2.3 Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

	(milhares de euros)		
	2008	2007	VAR 08/07 (%)
<b>Balanço</b>			
Investimentos	658 795	345 080	90,9
Activo líquido	830 355	500 928	65,8
Capital próprio	72 338	70 946	2,0
Passivos de contratos de seguro e de investimento	738 959	412 824	79,0
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Total de produção	394 307	78 001	405,5
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	36 426	57 637	-36,8
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	54 085	52 876	2,3
Provisão matemática, líquida de resseguro	11 593	-8 550	-235,6
Participação nos resultados, líquida de resseguro	781	1 193	-34,5
Custos operacionais	9 881	8 356	18,2
Rendimentos da actividade financeira	23 413	18 073	29,5
Saldo técnico <sup>(1)</sup>	8 057	7 017	14,8
Saldo global <sup>(2)</sup>	-9 654	11 523	-183,8
Resultado líquido	-13 205	4 183	-415,7
<b>Indicadores <sup>(3)</sup></b>			
Saldo técnico / Total de produção	2,0	9,0	-7,0 p.p.
Custos operacionais / Total de produção	2,5	10,7	-8,2 p.p.
Custos operacionais / Passivos de contrato de seguro e de investimento	1,3	2,0	-0,7 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência	156,4	104,8	51,6 p.p.
Sinistros / Prémios (IFRS 4)	139,0	89,5	49,5 p.p.
Benefícios pagos / Depósitos recebidos (3) (IAS 39)	39,9	21,6	18,3 p.p.
Custos de aquisição / (Prémios + Depósitos recebidos)	8,0	6,4	1,6 p.p.
Custos administrativos / (Prémios + Depósitos recebidos)	4,8	5,0	-0,3 p.p.
<b>Outros Indicadores</b>			
Nº empregados	15	12	25,0
Nº apólices	141 339	129 980	8,7

(1) Saldo técnico líquido de resseguro.

(2) Saldo global + saldo actividade financeira.

(3) Excluindo 310 000 milhares de euros relativos à operação de capitalização afecta ao canal bancário, realizada em 2008.

## 2.4 A Actividade da T-Vida em 2008

### 2.4.1 Total de Produção

Em 2008 verificou-se um acréscimo do volume de produção no valor de 316 307 milhares de euros (+405,5%), face ao período homólogo, num mercado em evolução de 17,3%. Esta variação está influenciada por uma operação de capitalização afecta ao canal bancário, realizada em 2008, no valor de 310 000 milhares de euros.

O crescimento da Companhia foi suportado pelo aumento da produção de produtos PPR *unit linked*, em cerca de 19 078 milhares de euros (+127,1%), tendo este segmento sido favorecido essencialmente pela produção do produto PPR Poupança Activa, ao contrário do PPR Garantido que contribuiu negativamente para o crescimento da produção.

Os produtos de Capitalização *unit linked* também apresentaram um crescimento de 7 667 milhares de euros (+231,9%), com destaque para o favorável desempenho de produtos a prémio único.

No segmento tradicional, verificou-se um crescimento das Rendas Vitalícias de 1 520 milhares de euros, o que significa um aumento de 92,5% face à produção do ano anterior. A produção dos restantes produtos de Risco cresceu 1,8%. É de referir, que em termos dos produtos estratégicos neste segmento, foi decisivo o acréscimo do seguro associado ao crédito habitação, +16,5 e a produção de produtos de risco grupo e individual.

No final do ano a produção da Companhia totalizou 84.307 milhares de euros (excluindo 310 000 milhares de euros relativos à Operação de Capitalização afecta ao canal bancário), sendo relevante salientar o peso dos produtos PPR's e Tradicionais, de 54,0% e 20,7%, respectivamente, produtos estratégicos para a T-Vida em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.

	(milhares de euros)		
TOTAL DE PRODUÇÃO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
<b>TOTAL DE PRODUÇÃO</b>	<b>394 307</b>	<b>78 001</b>	<b>405,5%</b>
<b>CONTRATOS SEGUROS</b>	<b>39 194</b>	<b>59 683</b>	<b>-34,3%</b>
- Rendas vitalícias	3 164	1 644	92,5%
- Restantes produtos risco	16 345	16 059	1,8%
- Produtos de capitalização	2 813	3 971	-29,2%
- PPR	16 872	38 010	-55,6%
<b>CONTRATOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>355 062</b>	<b>18 317</b>	<b>1838,4%</b>
- Produtos de capitalização	10 973	3 306	231,9%
- PPR	34 089	15 011	127,1%
- Operações de capitalização	310 000	-	

### 2.4.2 Custos com Sinistros e Benefícios Pagos

O total de custos com Indemnizações ascendeu os 72 454 milhares de euros, apresentando um aumento de 26,2% comparativamente a 2007.

O peso das indemnizações face às provisões matemáticas de início de período foi de 17,2% (contra 13,5% no ano anterior), consequência do elevado valor de vencimentos (20 355 milhares de euros) bem como do aumento dos resgates (38.877 milhares de euros), apresentando crescimentos de respectivamente 42,8% e 76,2%.

Nos PPR's os contratos de seguros de custos com indemnizações atingiram os 24 139 milhares de euros, justificados por vencimentos de apólices ocorridos durante o ano e pelo aumento de resgates que apresentaram um peso de 33,6%, face a 58,5% realizados em 2007.

Nos produtos tradicionais os contratos de seguros de custos com indemnizações totalizaram 18 310 milhares de euros, essencialmente devido ao elevado volume de vencimentos em produtos mistos e rendas (destacando-se uma carteira de rendas significativa).

É de realçar ainda que os produtos risco continuam a apresentar bons níveis de sinistralidade.

(milhares de euros)			
CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS	2008	2007	VAR 08/07 (%)
<b>CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS</b>	<b>72 454</b>	<b>57 393</b>	<b>26,2%</b>
<b>CONTRATOS SEGUROS</b>	<b>54 496</b>	<b>53 445</b>	<b>2,0%</b>
- Rendas vitalícias	7 043	5 387	30,8%
- Restantes produtos risco	11 267	7 932	42,0%
- Produtos de capitalização	11 477	6 299	82,2%
- PPR	24 139	33 295	-27,5%
<b>CUSTOS COM SINISTROS IMPUTADOS</b>	<b>570</b>	<b>532</b>	<b>7,1%</b>
<b>BENEFÍCIOS PAGOS DE CONTRATOS DE INVEST.</b>	<b>17 958</b>	<b>3 948</b>	<b>354,9%</b>
- Produtos de capitalização	10 101	2 513	302,0%
- PPR	7 857	1 435	447,5%

### 2.4.3 Passivos de Contratos de Seguro e de Investimento

A evolução verificada nos passivos de contratos de seguro e de investimento está directamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência directa com o valor registado nos passivos de contratos de seguro e de investimento.

A 31 de Dezembro de 2008, os passivos de contratos de seguro e de investimento cresceram 79,0%, crescimento justificado essencialmente por uma operação de capitalização financeira, no valor de 310M€, representando 42,0% dos passivos de contratos de seguro e de investimento. Excluindo este efeito verificava-se em 2008 um crescimento de 3,9%.

É de salientar o esforço dos canais de distribuição na canalização da produção para contratos com taxas técnicas mais baixas, o que permitiu uma redução das taxas mínimas garantidas de produtos PPR e dos produtos de capitalização, tendo-se verificado uma oscilação de 2007 para 2008 de 3,38% para 3,22% e de 3,47% para 3,23%, respectivamente.

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o Produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 36,4% do total dos passivos de contratos de seguro e de investimento a 31/12/2008, permitindo à Companhia manter a liderança do mercado, no segmento de Seguradoras que não exploram o Canal Bancário.

(milhares de euros)			
PASSIVOS DE CONT. DE SEGURO E DE INVESTIMENTO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
<b>PASSIVOS DE CONT. DE SEGURO E DE INVEST.</b>	<b>738 959</b>	<b>412 824</b>	<b>79,0%</b>
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>337 772</b>	<b>348 169</b>	<b>-3,0%</b>
- Rendas vitalícias	50 631	48 163	5,1%
- Restantes produtos risco	42 979	47 837	-10,2%
- Produtos de capitalização	29 737	37 408	-20,5%
- PPR	214 425	214 762	-0,2%
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>400 597</b>	<b>64 073</b>	<b>525,2%</b>
- Produtos de capitalização	37 961	37 560	1,1%
- PPR	52 558	26 513	98,2%
- Não ligados a fundos de investimento	-	-	-
- Ligados a fundos de investimento	52 558	26 513	98,2%
- Operações de capitalização	310 079	-	-

### 2.4.4 Saldo Técnico

Incorporando 3 400 milhares de euros, do impacto do teste à adequação das provisões, conhecido por LAT nos produtos Tradicionais, verificou-se um aumento do saldo técnico de 14,8%, relativamente ao ano anterior.

Este comportamento é explicado pela descida das taxas de juro, e excluindo este efeito o saldo técnico atingiria os 11.457 milhares de euros, apresentando um crescimento de 63,3%, e um incremento de 4 440 milhares de euros face ao período homólogo.

O saldo financeiro, com uma variação negativa de -22 217 milhares de euros, foi penalizado pelo resultado das perdas financeiras registadas nos resultados de 2008, essencialmente nos produtos Tradicionais e PPR.

(milhares de euros)			
SALDO TÉCNICO TOTAL	2008	2007	VAR 08/07 (%)
<b>SALDO TÉCNICO (1)</b>	<b>8 057</b>	<b>7 017</b>	<b>14,8</b>
- PPR	645	511	26,2
- Capitalização	313	105	197,4
- Tradicionais	7 099	6 401	10,9
<b>SALDO ACTIVIDADE FINANCEIRA(2)</b>	<b>-17 711</b>	<b>4 506</b>	<b>-493,1</b>
- PPR	-4 456	2 311	-292,8
- Capitalização	-1 787	921	-294,2
- Tradicionais	-11 493	1 274	-1 002,0
- Operações de capitalização	26	-	-
<b>SALDO GLOBAL(3)</b>	<b>-9 654</b>	<b>11 523</b>	<b>-183,8</b>

(1) Saldo técnico líquido de resseguro.

(2) Rendimentos da actividade financeira incluindo participação nos resultados e juro técnico.

(3) Saldo técnico + Saldo actividade financeira.

### 2.4.5 Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram um acréscimo de 18,2% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento substancial dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos que apresentaram um aumento de 27,2%, justificado pela prestação de serviços da BES-Vida em tarefas operacionais relativas às áreas de Subscrição, Gestão de Carteira, Sinistros e Contabilidade, da T-Vida.

Os custos com pessoal apresentaram um acréscimo de 10,3%, resultado do reforço dos quadros da Companhia com a admissão de mais 3 colaboradores, totalizando 15 colaboradores a 31 de Dezembro de 2008.

Os Impostos e Taxas aumentaram face ao crescimento do volume de prémios, comparativamente com o período homólogo.

(milhares de euros)			
CUSTOS OPERACIONAIS	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Gastos com pessoal	1 512	1 371	10,3
FSE	5 375	4 226	27,2
Impostos e taxas	182	36	403,7
Amortizações do exercício	2 321	2 344	-1,0
Comissões	490	380	29,2
<b>TOTAL</b>	<b>9 881</b>	<b>8 356</b>	<b>18,2</b>

### 2.4.6 Investimentos

O ano de 2008 ficou marcado por uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais e pelo forte abrandamento da actividade económica à escala global.

Os mercados accionistas registaram perdas assinaláveis, cerca de 50%, na maioria dos casos.

Durante o ano de 2008, na continuidade da crise desencadeada com o *sub-prime* em meados de 2007, assistimos à intensificação da crise nos mercados de crédito. Nas emissões de dívida corporate os *spreads* evidenciaram uma tendência de alargamento que se agravou após a declaração de insolvência da *Lehman Brothers*, resultante do acréscimo da

percepção da deterioração da capacidade de honorabilidade das responsabilidades das empresas.

A elevada incerteza quanto à extensão e duração da crise originaram um ciclo de subida das taxas de juro no curto prazo e consequentemente à deterioração das condições de financiamento da economia. Esta situação atingiu o pico no início do quarto trimestre, período que marcou o início da normalização do spread das taxas Euribor face às taxas directoras registada a partir daí em diante.

A turbulência e a volatilidade sentida nos mercados financeiros em 2008 condicionaram a actividade financeira da T-VIDA. Este cenário induziu à alteração significativa na política financeira delineada no início do ano. Exemplos dessas alterações foram a redução da exposição ao mercado accionista, valores quase nulos, e a manutenção dos elevados montantes em liquidez. Em termos de Resultados Financeiros, o ano de 2008 ficou marcado por um impacto negativo, por via do registo de imparidades sob posições obrigacionistas e da realização de perdas na saída de exposições accionistas consideradas de *trading*.

O segmento obrigacionista foi sendo reforçado durante o primeiro trimestre, taxa *float*, privilegiando a manutenção do *rating* médio do portfolio em A2/A- e a partir de Novembro procedeu-se ao investimento em taxa fixa com maturidades de 3/5 anos, acompanhadas de medidas de redução de maturidades dos activos em carteira.

Foi também reforçada a exposição em liquidez, sendo que a generalidade das aplicações foram efectuadas no pico das taxas do mercado interbancárias por um prazo de seis meses – aplicações a uma taxa média de 6,4%.

(milhares de euros)			
ACTIVOS SOB GESTÃO <sup>(2)</sup>	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Obrigações	262 967	266 704	-1,4
Acções e fundos de investimento	8 720	49 070	-82,2
Liquidez	114 045	95 727	19,1
Unit Links <sup>(1)</sup>	316 235	3 665	8 528,5
<b>TOTAL</b>	<b>701 967</b>	<b>415 166</b>	<b>69,1</b>

(1) Principalmente investidos em fundos de investimento.

(2) Valores apurados numa óptica de gestão.

A rentabilidade dos activos situou-se nos -0,5%, face aos 4,9% obtidos em 2007. Esta variação é justificada pelas imparidades obtidas sobre as posições obrigacionistas e pelas menos valias realizadas com a saída de posições de *trading* no mercado accionista.

Excluindo o efeito das imparidades e das perdas financeiras, a rentabilidade obtida em 2008 seria de 5,0%.

(milhares de euros)			
RESULTADO DE ACTIVOS FINANCEIROS	2008	2007	VAR 08/07 (%)
<b>Rendimentos</b>	<b>23 413</b>	<b>18 073</b>	<b>29,5</b>
Títulos	23 413	18 073	29,5
Imóveis	-	-	-
<b>Ganhos e perdas</b>	<b>-4 691</b>	<b>2 122</b>	<b>-321,1</b>
Títulos	-4 691	2 122	-321,1
Imóveis	-	-	-
<b>Imparidades</b>	<b>-20 907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Títulos	-20 907	-	-
Imóveis	-	-	-
<b>Ganhos líquidos de passivos financeiros</b>	<b>248</b>	<b>-1 101</b>	<b>-122,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-2 185</b>	<b>20 195</b>	<b>-110,8</b>

## 2.4.7 Capital Próprio e Margem de Solvência

Os Capitais Próprios em 2008 aumentaram 1.391 milhares de euros relativamente ao ano anterior, para 72 338 milhares de euros. Neste ano, realce para o reforço do Capital Social em 45 milhões de euros e reembolso de Prestações Acessórias em 20 milhões de euros, o que totaliza um efeito global de 25 milhões de euros. De forma desfavorável, relevo para o reforço da variação negativa da Reserva de Reavaliação (por ajustamentos no justo valor de activos financeiros) de -11 774 milhares de euros e para o Resultado do Exercício de -13 205 milhares de euros.

O rácio de solvabilidade passou para 156,4% (estimativa) contra 104,8% registado em 2007. Para esta evolução favorável contribuiu o ligeiro decréscimo da Margem Solvência a constituir e o acréscimo dos Elementos Constitutivos, resultante do reforço dos Capitais Próprios.

(milhares de euros)			
CAPITAL PRÓPRIO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Capital social	65 000	20 000	225,0
Outros instrumentos de capital	37 500	57 500	-34,8
Reservas de reavaliação	-24 783	-13 010	90,5
Outras reservas	7 110	3 551	100,2
Resultados transitados	716	-1 277	-156,1
Resultado líquido	-13 205	4 183	-415,7
<b>TOTAL</b>	<b>72 338</b>	<b>70 946</b>	<b>2,0</b>

## 2.4.8 Controlo Interno

O ano de 2008 foi marcante no que diz respeito à implementação de diversos projectos considerados relevantes quer para o acompanhamento dos impactos legais em termos de compliance e gestão de risco, quer como a adaptação aos novos desafios que se avizinhavam que implicarão alterações substanciais no negócio de seguros. Podemos destacar os seguintes:

- Início do projecto de modelos internos de Capital Económico, de *Embedded Value* e *Asset Liability Management*;
- Integração em grupos de trabalho do ISP e da APS sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II.
- Realização do QIS 4 – Estudo de Impacto Quantitativo da aplicação das regras do Solvência II ao cálculo do Capital Económico das seguradoras;
- Actualização do sistema de controlo interno da Companhia;
- Elaboração dos relatórios da política de risco da T-Vida;
- Definição e formalização da base de dados de Risco Operacional;
- Lançamento e acções de formação às áreas no que respeita a risco operacional;

Em termos de alterações legislativas foi necessário o acompanhamento da implementação da nova Lei do contrato de seguro, bem como a análise e implementação da nova Lei sobre prevenção de branqueamento de capitais.

## 2.5 Proposta de Aplicação de Resultados

Em 2008, o resultado líquido da Companhia foi negativo em -13 204 846 euros.

Nos termos da alínea b) do Art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a transferência dos resultados negativos de -13 204 846 euros para Resultados Transitados.

## 2.6 Objectivos para 2009

O ano de 2009 será mais um ano decisivo na infra-estruturação e consolidação da T-Vida, devendo esta constituir-se como um dos eixos da oferta financeira global do Grupo Segurador Tranquilidade.

A T-Vida estabeleceu para 2009 objectivos de crescimento, concordantes com o plano estratégico de conquista de quota de mercado via realização do potencial de desenvolvimento ao nível dos diferentes canais de distribuição da Tranquilidade.

A actuação da T-Vida insere-se numa lógica de fidelização da base de Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes da Tranquilidade. Assim, os principais pilares em que assentará o crescimento objectivado do negócio da T-Vida são:

1. Aprofundamento da aposta na rede de Agentes do programa *Assurfinance*, designadamente como rede vocacionada para a comercialização da oferta Vida Financeira. Os factores distintivos da rede *Assurfinance* para a alavancagem do negócio Vida são: a experiência própria adquirida neste negócio e a proximidade de relação com a rede bancária do Banco Espírito Santo.
2. Alargamento da base de Agentes distribuidores de produtos tradicionais (risco e mistos). O *coaching* da rede de Agentes para instalação e reforço de competências ao nível dos produtos de risco tradicionais, assim como a disponibilização no seu posto de trabalho (SIAnet) da funcionalidade de emissão local e imediata da oferta Vida, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspectivado.
3. Desenvolvimento de uma abordagem comercial Vida Grupos para os Clientes dos segmentos de Médias e de Grandes Empresas. A aposta na lógica de *Employee Benefits* será prosseguida no sentido de promover a actuação comercial dos canais acompanhados pelas estruturas comerciais dedicadas aos segmentos empresariais (Direcção de Grandes Clientes Corretores e Private e Direcção de Exploração).

Para 2009, adivinha-se um cenário recessivo na generalidade das economias avançadas, baixo crescimento nas economias de mercado emergentes, diminuição do comércio internacional e continuação das restrições ao crédito. Apesar dos esforços da cedência de liquidez por parte das autoridades monetárias, o cenário económico global é fortemente pessimista, dominado pela ameaça de recessão e de deflação. Assim, continuará a existir grande volatilidade nos mercados de capitais, sendo mais um ano de dificuldades para o sector segurador no que respeita às actividades financeiras.

Para os próximos anos fixamos metas com níveis de crescimento relevantes, como duplicação da sua carteira de clientes e reforço de quota de mercado, entre as seguradoras sem canal bancário.

Em 2009, a Companhia irá concluir e proceder à implementação de capacidades orientadas ao controlo e mitigação de risco global, com a implementação do seu Plano de Continuidade de Negócio e de modelos de suporte aos requisitos do Solvência II.

No que respeita à política de risco, para 2009 prevêem-se as seguintes actividades:

- Modelos Internos de Capital Económico;
- Definição e identificação de indicadores e métricas para acompanhamento dos riscos globais;
- Desenvolvimento de modelos de reporting de risco operacional;
- Identificação e monitorização dos principais riscos de *compliance*.

## 2.7 Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da nova Companhia T-Vida.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Fiscal único Sr. Dr. José Manuel Macedo Pereira, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2009

### O Conselho de Administração

---

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente)


Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Vogal)



 RUI CALÇADA BASTOS  
1971, Lisboa, Portugal  
Sem título #43/06, 2006  
Prova cromogénea de ampliação digital  
(Processo LightJet Lambda) · 85 x 110 cm  
Edição 2/3

Cortesia Vera Cortês

## 03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---



## Demonstrações Financeiras

## Balanço (Activo) de 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	47 783		47 783	72 728
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação	6	674		674	9
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	338 485		338 485	42 522
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	272 226	-20 907	251 319	277 230
<b>Empréstimos e contas a receber</b>		<b>68 316</b>		<b>68 316</b>	<b>25 318</b>
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	68 279		68 279	25 281
Empréstimos concedidos	6	37		37	37
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a deter até à maturidade					
<b>Terrenos e edifícios</b>					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros activos tangíveis					
Inventários					
Goodwill					
Outros activos intangíveis	12	50 094	-6 020	44 074	46 394
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>		<b>1 556</b>		<b>1 556</b>	<b>667</b>
Provisão para prémios não adquiridos					
Provisão matemática do ramo vida	4	938		938	275
Provisão para sinistros	4	163		163	115
Provisão para participação nos resultados	4	455		455	277
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	41		41	8
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>8 835</b>	<b>-604</b>	<b>8 231</b>	<b>3 941</b>
Contas a receber por operações de seguro directo	13	3 018	-604	2 414	1 537
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	86		86	210
Contas a receber por outras operações	13	5 731		5 731	2 194
<b>Activos por impostos</b>		<b>12 157</b>		<b>12 157</b>	<b>3 527</b>
Activos por impostos correntes	24	1 026		1 026	83
Activos por impostos diferidos	24	11 131		11 131	3 444
Acréscimos e diferimentos	13	1 104		1 104	679
Outros elementos do activo	13	56 615		56 615	27 905
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>857 886</b>	<b>-27 531</b>	<b>830 355</b>	<b>500 928</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO  
E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



# Balanço (Passivo) de 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões técnicas</b>		<b>350 037</b>	<b>361 061</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	887	668
Provisão matemática do ramo vida	4	337 772	348.169
<b>Provisão para sinistros</b>			
De vida	4	9 589	9 204
Provisão para participação nos resultados	4	1 650	2 881
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira	4	139	139
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	400 597	64 073
<b>Outros passivos financeiros</b>			
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>3 669</b>	<b>1 425</b>
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	1 609	792
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	541	213
Contas a pagar por outras operações	13	1 519	420
<b>Passivos por impostos</b>		<b>362</b>	<b>1 245</b>
Passivos por impostos correntes	24	362	1 245
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	3 352	2 178
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>758 017</b>	<b>429 982</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	25	65 000	20 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	37 500	57 500
<b>Reservas de reavaliação</b>		<b>-24 783</b>	<b>-13 010</b>
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	-24 783	-13 010
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	6 568	3 448
Outras reservas	26	542	103
Resultados transitados	35	716	-1 278
Resultado do exercício		-13 205	4 183
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>72 338</b>	<b>70 946</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>830 355</b>	<b>500 928</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO  
E ADMINISTRATIVO  
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

# Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(milhares de euros)

## CONTA DE GANHOS E PERDAS

	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>		<b>36 426</b>		<b>36 426</b>	<b>57 637</b>
Prémios brutos emitidos	14	39 194		39 194	59 684
Prémios de resseguro cedido	14	-2 549		-2 549	-2 022
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-219		-219	-25
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	1 151		1 151	298
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>4</b>	<b>-54 085</b>		<b>-54 085</b>	<b>-52 876</b>
Montantes pagos		-53 748		-53 748	-54 166
Montantes brutos		-54 111		-54 111	-54 821
Parte dos resseguradores		363		363	655
Provisão para sinistros (variação)		-337		-337	1 290
Montante bruto		-385		-385	1 376
Parte dos resseguradores		48		48	-86
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4				-2
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>	<b>4</b>	<b>11 593</b>		<b>11 593</b>	<b>-8 550</b>
Montante bruto		10 930		10 930	-8 588
Parte dos resseguradores		663		663	38
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-781		-781	-1 193
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>21</b>	<b>-9 896</b>		<b>-9 896</b>	<b>-8 426</b>
Custos de aquisição		-6 731		-6 731	-4 972
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-53		-53	-57
Gastos administrativos		-4 017		-4 017	-3 932
Comissões e participação nos resultados de resseguro		905		905	535
<b>Rendimentos</b>	<b>16</b>	<b>22 882</b>	<b>531</b>	<b>23 413</b>	<b>18 073</b>
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		18 595	473	19 068	16 289
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		4 287	58	4 345	1 784
<b>Gastos financeiros</b>	<b>16</b>	<b>-707</b>	<b>-3</b>	<b>-710</b>	<b>-531</b>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		-707	-3	-710	-531
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>		<b>-4 981</b>		<b>-4 981</b>	<b>310</b>
De activos disponíveis para venda	17 e 18	-3 827		-3 827	1 629
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5	-1 154		-1 154	-1 319
De outros					
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>		<b>384</b>		<b>384</b>	<b>3 288</b>
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	17 e 18				2 455
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	384		384	833
Diferenças de câmbio	19	154		154	-2 577
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</b>	<b>6</b>	<b>-20 907</b>		<b>-20 907</b>	
De activos disponíveis para venda		-20 907		-20 907	
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-17		-17	2
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		497	497	33
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>-18 784</b>	<b>1 025</b>	<b>-17 759</b>	<b>5 486</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-13	-13	-1 382
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		4 567	4 567	79
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>-18 784</b>	<b>5 579</b>	<b>-13 205</b>	<b>4 183</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO  
E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



© GERARD CASTELLO LOPES  
1925, Vichy, França  
Lisboa, 1987  
Prova gelatina sal de prata  
60 x 90 cm

Cortesia do Artista

## 04 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS




## Mapa de Variação de Capitais Próprios

## Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitórios	Resultado do Exercício	TOTAL
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo valor de Activos Financeiros Disponíveis para venda		Reserva Legal			
<b>Balço a 1 de Janeiro 2007</b>	<b>20 000</b>	<b>50 000</b>	<b>122</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 275</b>	<b>71 397</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-13 132					-13 132
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				3 448				3 448
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					103	-103		0
Distribuição de lucros/prejuízos						-850		-850
Prestações suplementares		7 500						7 500
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						1.275	-1 275	0
<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>0</b>	<b>7 500</b>	<b>-13 132</b>	<b>3 448</b>	<b>103</b>	<b>322</b>	<b>-1 275</b>	<b>-3 034</b>
Resultado líquido do período							4 183	4 183
Distribuição antecipada de lucros						-1 600		-1 600
<b>Balço a 31 de Dezembro 2007</b>	<b>20 000</b>	<b>57 500</b>	<b>-13 010</b>	<b>3 448</b>	<b>103</b>	<b>-1 278</b>	<b>4 183</b>	<b>70 946</b>
Aumentos/reduções de capital	25 000							25 000
Conversão de prestações suplementares em capital	20 000	-20 000						0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-11 773					-11 773
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				3 120				3 120
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					439	-439		0
Distribuição de lucros/prejuízos						-1 750		-1 750
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						4 183	-4 183	0
<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>45 000</b>	<b>-20 000</b>	<b>-11 773</b>	<b>3 120</b>	<b>439</b>	<b>1 994</b>	<b>-4 183</b>	<b>14 597</b>
Resultado líquido do período							-13 205	-13 205
<b>Balço a 31 de Dezembro 2008</b>	<b>65 000</b>	<b>37 500</b>	<b>-24 783</b>	<b>6 568</b>	<b>542</b>	<b>716</b>	<b>-13 205</b>	<b>72 338</b>



 ELGER ESSER  
1967, Estugarda, Alemanha  
Baie de la Somme, France, 2005  
Prova por revelação cromogênea,  
colada sobre Diassec • 181 x 242 cm  
Edição 3/7

Cortesia do Artista

# 05 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

---



## Demonstração de Fluxos de Caixa

## Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

	(milhares de euros)	
	2008	2007
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>	<b>-91 004</b>	<b>18 329</b>
Resultado líquido do exercício	-13 205	4 183
Depreciações e amortizações do exercício	2 321	2 344
Variação das provisões técnicas de seguro directo	-11 025	23 614
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-888	-13 802
Variação de outras provisões	-	579
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-4 291	-51
Variação de outros activos e passivos por impostos	-9 513	166
Variação de outros activos e passivos	-56 649	1 821
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	2 246	-525
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>	<b>22 809</b>	<b>42 394</b>
Variação de investimentos	22 810	42 334
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-1	-11
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	-	71
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>	<b>43 250</b>	<b>5 021</b>
Distribuição de dividendos	-1 750	-879
Subscrição de capital/Prestações acessórias	45 000	7 500
Dividendos antecipados	-	-1 600
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>-24 945</b>	<b>65 744</b>
Caixa e equivalentes no início do período	72 728	6 984
Caixa e equivalentes no fim do período	47 783	72 728



 GERARD CASTELLO LOPES  
1925, Vichy, França  
Porto, 1989  
Prova gelatina sal de prata  
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

# 06 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

## Nota 1 - Informações Gerais

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de Julho de 2006 tendo como objectivo desenvolver autonomamente a actividade do ramo vida, com início em 1 de Agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 1 de Agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da actividade de seguros Vida sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), mediante a autorização n.º 1165.

As notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

## Nota 2 - Informação por Segmentos

A T-Vida explora o ramo de seguros vida, para o qual foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

O segmento de negócio objecto de relato é o de linha de negócio global, na qual os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes são os produtos de risco, planos poupança-reforma, operações de capitalização e rendas.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, do segmento de negócio, é como segue:

(milhares de euros)

2008	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	39 194	19 518	19 676	-
Comissões de contratos de investimento	1 151	-	-	1 151
Prémios brutos adquiridos	38 975	19 299	19 676	-
Resultado dos investimentos	-3 175	-4 219	2 420	-1 376
Custos com sinistros brutos	54 496	18 468	36 028	-
Variação da provisão matemática	10 930	2 924	8 006	-
Participação nos resultados	-781	-781	-	-
Custos de exploração brutos	10 801	5 718	4 196	887
Saldo de resseguro	-570	-569	-1	-
Resultado técnico	-18 784	-7 549	-10 123	-1 112
<b>Rubricas de Balanço</b>				
Activos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	749 690	95 927	244 670	409 093
Provisões técnicas	350 037	100 562	249 475	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	400 597	-	-	400 597



2007	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	59 684	17 703	41 981	-
Comissões de contratos de investimento	298	-	-	298
Prémios brutos adquiridos	59 659	17 678	41 981	-
Resultado dos investimentos	16 922	4 669	13 490	-1 237
Custos com sinistros brutos	53 445	13 468	39 977	-
Variação da provisão matemática	-8 588	1 393	-9 981	-
Participação nos resultados	-1 193	-189	-1 004	-
Custos de exploração brutos	8 961	3 988	4 223	750
Saldo de resseguro	-880	-880	-	-
Resultado técnico	3 812	5 217	286	-1 689
<b>Rubricas de Balanço</b>				
Activos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	398 094	96 130	239 403	62 561
Provisões técnicas	361 061	102 968	258 093	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	64 073	-	-	64 073

### Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

#### Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no *IFRS 4 - Contratos de Seguro*. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou o *IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como o IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras - Requisitos de divulgação de capital regulamentar*. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Companhia. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Companhia adoptou a partir de 2008 o *IAS 39/IFRS 7 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros e, o IFRIC 14/IAS 19 - Limite para activos de benefícios definido*, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos regista-

dos ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2009.

#### Transição para Novo Plano de Contas

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de acordo com os IFRS excepto os critérios de mensuração do IFRS 4, a Companhia decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Em consequência, a data de transição foi 1 de Agosto de 2006, data de início de actividade e data de transição para os IFRS para efeitos de reporte ao accionista.

A explicação de como a transição para o Novo Plano de Contas afectou a performance financeira da Companhia é fornecida na Nota 35.

## Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

### Activos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
  - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
  - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
    - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
    - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
    - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
  - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
  - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
  - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

#### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja iden-

tificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

#### Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

### **Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### **Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

### **Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

### **Activos intangíveis**

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### **Loações**

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Loações*, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos activos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **Resseguro**

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

### **Benefícios aos empregados**

#### **Pensões - Plano de benefício definido**

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

## Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

## Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

## Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

## Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

## Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

## Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

## Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cash flows futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

## Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

## Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Pensões

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for

determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua adequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas e (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

### Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

### Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

### Prémios

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

### Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

### Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do ISP, como segue:

(milhares de euros)

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
<b>Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)</b>		
Até Dezembro 1997	GKM 80	4%
De Janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de Julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após Março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	3% e 2,75%
<b>Seguros em caso de Vida (*)</b>		
Rendas - Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de Julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de Outubro de 2006	GKF 95	2%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
<b>Seguros em caso de Morte (*)</b>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	4%
<b>Seguros Mistos (*)</b>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(\*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

As provisões matemáticas são zillmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorri-

dos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

### Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

### Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

### Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

### Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo reflectida no passivo e a respectiva variação anual reflectida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Tradicional	887	668	219	25
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>887</b>	<b>668</b>	<b>219</b>	<b>25</b>

A provisão para sinistros de seguro directo reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Tradicional	4 277	3 347	-930	-113
Capitalização com participação nos resultados	5 312	5 857	545	1 489
<b>Total</b>	<b>9 589</b>	<b>9 204</b>	<b>-385</b>	<b>1 376</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 15.868 milhares de euros (2007: 37.109 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Ramos Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2007 (1)	Sinistros* Pagos em 2008 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2007 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida	3 339	2 164	2 464	1 289

(\*) Sinistros ocorridos no ano 2007 e anteriores.

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2008 e ao que se perspectiva futuramente.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Tradicionais	163	115	48	-86
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>115</b>	<b>48</b>	<b>-86</b>

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2008:

Ramos Grupos de Ramos	Saldo de Balanço em 2007	Variação Participação Atribuída	Pagamentos	Incorporação em Provisão Matemática	Saldo de Balanço em 2008
Provisão p/ participação nos resultados	2 881	860	-1 740	-351	1 650

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efectuado após a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico da cada produto. No caso dos produtos de risco, a razoabilidade do valor é verificada tendo em conta os valores esperados por modalidade versus os valores calculados após a apólice.

A provisão matemática reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Saldo de Balanço 2007	Variação	Incorporação de Participação nos Resultados	Outras Variações	Saldo de Balanço 2008
Provisão matemática	348 169	-10 930	351	182	337 772

A provisão matemática de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Tradicionais	305	275	30	38
Capitalização com participação nos resultados	633	-	633	-
<b>Total</b>	<b>938</b>	<b>275</b>	<b>663</b>	<b>38</b>

A provisão para estabilização de carteira reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Tradicionais	139	139	-	(2)
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>139</b>	<b>-</b>	<b>-2</b>

## Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada.
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada.
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado.
- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto.
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada.
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afecte os contratos dos seguros de Vida.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;



- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

A T-Vida pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais.

O programa de resseguro em 2008 é constituído por um tratado proporcional em Quota-Parte e Excedente para protecção de Vida Crédito Habitação, um tratado proporcional em Excedente para protecção de Vida Grupo, um tratado proporcional em Excedente para Vida Crédito Individual e o tratado de não proporcionais é uma cobertura de protecção Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Quota parte + excedente
Vida Grupo	Excedente
Vida Crédito Individual	Excedente
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-730	-620
	Mortalidade		
	Subida de 10% na mortalidade dos segurados	-5 590	-320

O impacto reduzido na subida da mortalidade em 2007, deve-se ao facto deste choque apenas ter efeito na provisão para adequação de responsabilidades em 2008.

## Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

### Risco de mercado

O risco de mercado resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Compreende o risco cambial, risco de acções, risco imobiliário, risco de taxa de juro, risco de *spread* e risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela T-Vida, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e *compliance*. Será igualmente monitorizada a gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Durante o ano de 2009 está previsto o aprofundamento da coordenação entre o Comité Financeiro, responsável pela política de investimento e o Comité de Gestão de Risco Global.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor.

A análise de sensibilidade, por força do disposto anteriormente, resulta numa perda imaterial para a Companhia, descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-50	-400

### Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
Área de Análise	Cenários	2008	2007
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-600	-4 600

### Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A exposição a este risco provém apenas de fundos de investimento imobiliário.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
Área de análise	Cenários	2008	2007
Imóveis (FI)	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-300	-

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro existe para todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos em todos os produtos, com especial destaque para os produtos de capitalização.

		(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
Área de Análise	Cenários	2008	2007
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	1 700	1 300
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	-1 650	-1 300

		(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
Área de análise	Cenários	2008	2007
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-5 800	-1 450
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	3 600	-

O impacto nulo na subida de taxa de juro em 2007, nos passivos, deve-se ao facto de não existir provisão para adequação de responsabilidades para poder recuperar em termos de resultados, esse efeito.

### Risco de spread

O risco de spread reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate* (cerca de 93% do total), existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

Analisando a distribuição por *rating* dessa tipologia de obrigações, cerca de 70% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emittentes com *rating* igual ou superior a "A". Este mix não apresenta tendência em se deteriorar, por força da política de investimentos instituída na T-Vida.

					(milhares de euros)			
					2008		2007	
Rating	%	Valor	%	Valor				
AAA	10,4%	27 283	6,9%	18 528				
AA	6,7%	17 536	15,6%	41 537				
A	53,3%	139 711	51,1%	136 288				
BBB	22,4%	58 805	25,1%	66 922				
BB	7,2%	18 958	1,3%	3 456				
B	0,0%	-	0,0%	-				
CCC	0,0%	-	0,0%	-				
Unrated	0,0%	-	0,0%	-				
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>262 293</b>	<b>100%</b>	<b>266 731</b>				

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

							(milhares de euros)					
							Activos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial a Justo Valor Através de Ganhos e Perdas					
							2008			2007		
Sector de actividade	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade						
Recursos básicos	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Comunicações	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Bens consumíveis (cíclico)	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Bens consumíveis (não-cíclico)	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Energia	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Financeiro	10,0%	33 903	0	91,1%	38 731	0						
Fundos	89,4%	302 622	0	8,2%	3 505	0						
Divida pública	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Industrial	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Medicina	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Tecnologia	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Serviços públicos / colectivos	0,0%	0	0	0,0%	0	0						
Outros	0,6%	1 960	0	0,7%	286	0						
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>338 485</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>	<b>42 522</b>	<b>0</b>						

(milhares de euros)

Sector de Actividade	Activos Financeiros Disponíveis para Venda					
	2008			2007		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Comunicações	13,7%	37 317	0	13,9%	38 426	0
Bens consumíveis (cíclico)	2,9%	7 979	0	2,5%	7 026	0
Bens consumíveis (não-cíclico)	6,3%	17 050	0	6,6%	18 201	0
Energia	0,8%	2 288	0	0,2%	498	0
Financeiro	68,6%	186 767	-20 907	58,0%	160 713	0
Fundos	1,1%	3 000	0	14,6%	40 434	0
Dívida pública	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Industrial	1,4%	3 869	0	1,8%	4 905	0
Medicina	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Tecnologia	1,4%	3 752	0	1,3%	3 656	0
Serviços públicos / colectivos	1,5%	3 974	0	1,2%	3 371	0
Outros	2,3%	6 230	0	0,0%	0	0
	<b>100%</b>	<b>272 226</b>	<b>-20 907</b>	<b>100%</b>	<b>277 230</b>	<b>0</b>

### Risco de liquidez

O risco advém da possibilidade da empresa de seguros não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para tal a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos financeiros e não financeiros, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

(milhares de euros)

2008	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	1	146 620	7 838	100 426	126 455	333 468	714 808
Activos não financeiros						115 547	115 547
<b>Total de activos</b>	<b>1</b>	<b>146 620</b>	<b>7 838</b>	<b>100 426</b>	<b>126 455</b>	<b>449 015</b>	<b>830 355</b>

(milhares de euros)

2007	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	13 628	1 040	-	95 404	160 343	151 333	421 748
Activos não financeiros						79 180	79 180
<b>Total de activos</b>	<b>13 628</b>	<b>1 040</b>	<b>-</b>	<b>95 404</b>	<b>160 343</b>	<b>230 513</b>	<b>500 928</b>

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Apesar de com a legislação no âmbito das cobranças ter reduzido este risco, a evolução dos montantes e a antiguidade da dívida é regularmente monitorizada.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de *rating*, e existe um acompanhamento regular da evolução dos *ratings* das entidades em carteira.

### Risco operacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos. O risco legal também é considerado no risco operacional.

#### • Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos produtos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direcções da T-Vida que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respectivos controlos;
- Um segundo nível, representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*.
- Um terceiro nível, representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º.14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;

- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

## Solvência

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Elementos constitutivos do Fundo de Garantia	28 233	19 209
Margem de solvência a constituir	18 049	18 326
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	17 194	17 720
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	567	327
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	288	279
Fundo de Garantia mínimo legal	3 200	3 200
Excesso/insuficiência da margem de solvência	10 185	883
Taxa de cobertura da margem de solvência	156,43%	105%

## Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade são como segue:

	(%)	
	2008	2007
Sínistras / Prémios (IFRS 4)	141,4%	87,0%
a) Benefícios pagos / Depósitos recebidos (IAS 39)	38,1%	18,3%
Custos de aquisição / (Prémios + depósitos recebidos)	8,0%	6,4%
Custos administrativos / (Prémios + depósitos recebidos)	4,8%	5,0%

a) Em 2008, excluindo 310 000 milhares de euros de depósitos relativos à operação de capitalização financeira.

## Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efectuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos actuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

## Nota 5 - Passivos por Contratos de Investimento

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

	(milhares de euros)				
	Financeiros sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	TOTAL
<b>Saldos a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>31 032</b>	<b>6 520</b>	<b>26 521</b>	-	<b>64 073</b>
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	-	10 807	33 622	310 000	354 429
Montantes pagos	-8 810	-1 366	-7 857	-	-18 033
Juros técnicos	1 154	-1 296	191	79	128
<b>Saldos a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>23 376</b>	<b>14 665</b>	<b>52 477</b>	<b>310 079</b>	<b>400 597</b>

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Valorizados ao justo valor</b>						
<b>por ganhos e perdas</b>	<b>3 320</b>	<b>-1 918</b>	<b>1 402</b>	<b>1 881</b>	<b>-1 663</b>	<b>218</b>
Capitalização	2 067	-577	1 490	6	-133	-127
PPR	1 253	-1 341	-88	1 875	-1 530	345
			-			-
<b>Valorizados ao custo</b>						
<b>amortizado</b>	<b>0</b>	<b>-1 154</b>	<b>-1 154</b>	<b>0</b>	<b>-1 319</b>	<b>-1 319</b>
Capitalização		-1 153	-1 153		-1 319	-1 319
PPR		-1	-1			-
<b>Total</b>	<b>3 320</b>	<b>-3 072</b>	<b>248</b>	<b>1 881</b>	<b>-2 982</b>	<b>-1 101</b>

## Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros é apresentado no Anexo 1, conforme formato e âmbito definido pelo ISP, sendo a sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Activos financeiros disponíveis para venda	251 319	277 230
Depósitos a prazo	68 279	25 281
Activos financeiros classificados ao justo valor através		
de ganhos e perdas	338 485	42 522
Activos financeiros detidos para negociação	674	9
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>658 757</b>	<b>345 042</b>

### Activos Financeiros ao Justo Valor por Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue, salientando que o aumento se deve fundamentalmente aos investimentos necessários para cobrir uma emissão significativa de uma OCA (operação de capitalização) efectuada em 2008:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	35 863	39 018
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	302 622	3 504
<b>Valor de balanço</b>	<b>338 485</b>	<b>42 522</b>
Valor de aquisição	339 454	41 837

A Companhia possuiu nesta tipologia em 31 de Dezembro de 2008 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, com segue:

Tipo de Risco	(milhares de euros)	
	Valor de Balanço	
Crédito estruturado		30 311
Derivado de crédito		3 592
		<b>33 903</b>

### Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	242 599	227 999
Acções	2 233	8 796
Outros títulos de rendimento variável	6 487	40 435
<b>Valor de balanço</b>	<b>251 319</b>	<b>277 230</b>

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou da Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	240 853	-12 854	-	227 999
Acções	9 322	-526	-	8 796
Outros títulos de rendimento variável	40 065	370	-	40 435
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>290 240</b>	<b>-13 010</b>	<b>-</b>	<b>277 230</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	283 157	-24 597	-15 960	242 599
Acções	7 365	-186	-4 947	2 233
Outros títulos de rendimento variável	6 487	-	-	6 487
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>297 009</b>	<b>-24 783</b>	<b>-20 907</b>	<b>251 319</b>

Salienta-se a redução global de cerca de 9%, distribuída da forma acima identificada consequência fundamentalmente das variações de diminuição de justo valor e ainda do aumento de registo de imparidades.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	-	-	-	-
Dotações do exercício	20 907	-	-	-
Utilizações do exercício	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>20 907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As perdas por imparidade segregadas por classe de activo são apresentadas como segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>-20 907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-15 960	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-4 947	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-20 907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Activos Financeiros Detidos para Negociação

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados - forward de moeda	674	9 640	9	6 793
<b>Valor de balanço</b>	<b>674</b>	<b>9 640</b>	<b>9</b>	<b>6 793</b>

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas.

Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*.

### Outros Activos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a companhia detém ainda outros activos conforme segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
Empréstimos concedidos	37	-	37	-
Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total de outros activos financeiros</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>-</b>

O montante de empréstimos concedidos refere-se a empréstimos sobre apólices.

### Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	47 783	47 783	72 728	72 728
Empréstimos e contas a receber	68 316	68 316	25 318	25 318
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	8 231	8 231	3 941	3 941
<b>ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>124 330</b>	<b>124 330</b>	<b>101 987</b>	<b>101 987</b>
Passivos financeiros de contratos de investimento	400 453	400 597	63 662	64 073
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 669	3 669	1 425	1 425
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>404 122</b>	<b>404 266</b>	<b>65 087</b>	<b>65 498</b>

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

Todos os outros activos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

### Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Caixa	1	1
Depósitos em instituições de crédito	47 782	72 727
	<b>47 783</b>	<b>72 728</b>

## Nota 11 - Afectação dos Investimentos e Outros

### Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

(milhares de euros)

2008	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	31 198	1 651	10 142	4 792	47 783
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	674	-	-	-	674
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial	-	-	-	-	-
a justo valor através de ganhos e perdas	24 133	9 770	304 582	-	338 485
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	233 948	11 538	-	5 833	251 319
Empréstimos concedidos e contas a receber	64 718	2 070	1.528	-	68 316
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	56 615	67 163	123 778
	<b>354 671</b>	<b>25 029</b>	<b>372 867</b>	<b>77 788</b>	<b>830 355</b>

(milhares de euros)

2007	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	51 773	9 372	171	11 412	72 728
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	9	-	-	-	9
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial	-	-	-	-	-
a justo valor através de ganhos e perdas	23 451	12 251	3 791	3 029	42 522
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	252 614	9 335	-	15 281	277 230
Empréstimos concedidos e contas a receber	25 296	15	-	7	25 318
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	27 905	55 216	83 121
	<b>353 143</b>	<b>30 973</b>	<b>31 867</b>	<b>84 945</b>	<b>500 928</b>

## Nota 12 - Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o software e os outros activos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *value in force* corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este activo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

O saldo das rubricas dos outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Outros intangíveis	50 094	50 093
Value in force	50 000	50 000
Software	13	12
Outros	81	81
Amortizações acumuladas	-6 020	-3 699
Imparidades	-	-
	<b>44 074</b>	<b>46 394</b>



O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)				
	Value in Force	Software	Outros	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2007</b>	<b>48 676</b>	<b>68</b>	<b>54</b>	<b>48 798</b>
Adições		11		11
Amortizações do exercício	-2 313	-4	-27	2 344
Imparidades				-
Transferências		-71		-71
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>46 363</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>46 394</b>
Adições		1		1
Amortizações do exercício	-2 290	-4	-27	-2 321
Imparidades				-
Transferências				-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>44 073</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>44 074</b>

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Total de amortizações do exercício</b>	<b>2 321</b>	<b>2 344</b>
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		
Montantes pagos - montantes brutos	116	117
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>		
Custos de aquisição	348	352
Gastos administrativos	1 857	1 875
<b>Gastos financeiros</b>		
Outros	-	-

## Nota 13 - Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

### Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Activo bruto</b>	<b>3 018</b>	<b>2 239</b>
Tomadores de seguro (recibos por cobrar)	2 380	1 722
Mediadores de seguro	212	77
Co-seguradoras	426	440
<b>Ajustamentos</b>	<b>-604</b>	<b>-702</b>
Recibos por cobrar	-604	-702
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Activo líquido</b>	<b>2 414</b>	<b>1 537</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Activo bruto</b>	<b>86</b>	<b>210</b>
Resseguradores	86	210
Ressegurados	-	-
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Activo líquido</b>	<b>86</b>	<b>210</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Activo bruto</b>	<b>5 731</b>	<b>2 194</b>
Entidades relacionadas	3 683	2 154
Pessoal	241	
Outros valores a receber	1 807	40
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Activo líquido</b>	<b>5 731</b>	<b>2 194</b>

O movimento ocorrido em ambos os exercícios relativo aos ajustamentos do activo pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ajustamento de Recibos por Cobrar	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>702</b>	<b>123</b>
Dotações do exercício	-98	-
Utilizações do exercício	-	579
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>604</b>	<b>702</b>

O saldo do activo de Acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Acréscimos de rendimentos</b>	<b>648</b>	<b>192</b>
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	648	192
<b>Gastos diferidos</b>	<b>456</b>	<b>487</b>
Custos de aquisição	456	487
<b>Total</b>	<b>1 104</b>	<b>679</b>

### Passivos e provisões

O saldo do passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	742	237
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	28	44
- Contas correntes	837	488
Co-seguradoras	2	23
<b>Total</b>	<b>1 609</b>	<b>792</b>

O saldo do passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Resseguradores	541	213
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>541</b>	<b>213</b>

O saldo do passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Comissões de gestão	1 267	0
Entidades relacionadas	1	67
Outros fornecedores de bens e serviços	42	4
Outros valores a pagar	209	349
<b>Total</b>	<b>1 519</b>	<b>420</b>

O saldo do passivo de Acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Rendimentos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimo de custos</b>	<b>3 352</b>	<b>2 178</b>
- Custos c/ pessoal (subsídios e encargos)	119	79
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	504	229
- Fornecimentos e serviços externos	997	963
- Serviços prestados empresas relacionadas	1 280	643
- Outros	452	264
<b>Total</b>	<b>3 352</b>	<b>2 178</b>

## Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios de contratos de seguros são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Tradicionais	19 518	17 703
PPR's	2 804	3 971
Produtos Capitalização	16 872	38 010
<b>Total</b>	<b>39 194</b>	<b>59 684</b>

A indicação de alguns valores do ramo vida é como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Prémios brutos emitidos de seguro directo</b>	<b>39 194</b>	<b>59 684</b>
Relativos a contratos individuais	24 453	46 780
Relativos a contratos de grupo	14 741	12 904
	<b>39 194</b>	<b>59 684</b>
Periódicos	23 349	17 165
Não periódicos	15 845	42 519
	<b>39 194</b>	<b>59 684</b>
De contratos sem participação nos resultados	6 000	3 855
De contratos com participação nos resultados	33 194	55 829
	<b>39 194</b>	<b>59 684</b>
<b>Saldo de resseguro</b>	<b>-572</b>	<b>-880</b>

## Nota 15 - Comissões Recebidas de Contratos de Seguro

Nos contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

São classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição e de gestão dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

## Nota 16 - Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de rendimentos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Juros</b>	<b>20 863</b>	<b>17 934</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	14 828	16 103
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 795	1 645
Depósitos, empréstimos e outros activos	4 240	186
<b>Dividendos</b>	<b>750</b>	<b>139</b>
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2	8
Activos financeiros disponíveis para venda	748	131
<b>Swap's de taxa de juro</b>	<b>1 800</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>23 413</b>	<b>18 073</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	16 623	17 748
Acções	638	102
Outros títulos de rendimento variável	112	37
Derivados	1 800	-
Depósitos	4 240	186
<b>Total</b>	<b>23 413</b>	<b>18 073</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Custos imputados à função investimentos	710	531
<b>Total</b>	<b>710</b>	<b>531</b>

## Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos financeiros segregados pelas respectivas categorias é como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	1 233	-5 060	-3 827	3 728	-2 099	1 629
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	40	-210	-170	788	-8	780
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	4 002	-1 547	2 455
<b>Total</b>	<b>1 273</b>	<b>-5 270</b>	<b>-3 997</b>	<b>8 518</b>	<b>-3 654</b>	<b>4 864</b>

## Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	206	-1 054	-848	105	-270	-165
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>-1 054</b>	<b>-848</b>	<b>105</b>	<b>-270</b>	<b>-165</b>

## Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferença de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	1 693	-1 287	406	673	-3 259	-2 586
Activos financeiros detidos para negociação	1 311	-1 563	-252	9	-	9
<b>Total</b>	<b>3 004</b>	<b>-2 850</b>	<b>154</b>	<b>682</b>	<b>-3 259</b>	<b>-2 577</b>

## Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Outros rendimentos técnicos</b>	<b>2</b>	<b>9</b>
Comissões de gestão de co-seguro	-	9
Outros	2	-
<b>Outros gastos técnicos</b>	<b>19</b>	<b>7</b>
Comissões de gestão de co-seguro	-	5
Outros	19	2
<b>Valor do ganhos e perdas</b>	<b>-17</b>	<b>2</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>	<b>526</b>	<b>633</b>
Ajustamentos de recibos por cobrar	98	-
Correcções e acertos	428	258
Excesso estimativa imposto	-	374
Outros ganhos	-	1
<b>Outros gastos não técnicos</b>	<b>29</b>	<b>600</b>
Ajustamentos de recibos por cobrar	-	579
Donativos	10	-
Serviços bancários e juros de mora	17	20
Outros gastos	2	1
<b>Valor do ganhos e perdas</b>	<b>497</b>	<b>33</b>

## Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

(milhares de euros)

2008	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	136	9%	726	48%	605	40%	45	3%	1 512	100%
Fornecimentos e serviços externos	318	6%	3 440	64%	1 511	28%	106	2%	5 375	100%
Impostos	-	0%	113	62%	-	0%	69	38%	182	100%
Amortizações	116	5%	348	15%	1 857	80%	-	0%	2 321	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	490	100%	490	100%
<b>Total</b>	<b>570</b>	<b>6%</b>	<b>4 627</b>	<b>47%</b>	<b>3 973</b>	<b>40%</b>	<b>711</b>	<b>7%</b>	<b>9 881</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)

2007	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	123	9%	658	48%	548	40%	41	3%	1 371	100%
Fornecimentos e serviços externos	306	7%	2 459	58%	1 359	32%	102	2%	4 226	100%
Impostos	-	0%	22	62%	-	0%	14	38%	36	100%
Amortizações	117	5%	353	15%	1 874	80%	0	0%	2 344	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	380	100%	380	100%
<b>Total</b>	<b>547</b>	<b>7%</b>	<b>3 492</b>	<b>42%</b>	<b>3 781</b>	<b>45%</b>	<b>536</b>	<b>6%</b>	<b>8 356</b>	<b>100%</b>

O montante das Custos com o pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e serviços externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Electricidade e água	18	-
Combustíveis	31	18
Material de escritório, impressos e outros	1	6
Artigos para oferta	34	67
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	3	3
Manutenção de equipamento informático	173	140
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	74	33
Despesas de deslocação e representação	44	23
Correios	98	108
Seguros	4	-
Publicidade e marketing	520	135
Limpeza, higiene e conforto	15	-
Vigilância e segurança	3	-
Outsourcing, consultorias e trabalhos especializados	604	1 076
Serviços e desenvolvimentos informáticos	119	324
Quotizações APS	5	3
Cobrança de prémios	99	177
Exames médicos	77	154
Comissões	883	284
Clube mediador	244	223
Prestação de serviços operacionais	2 282	1 440
Outros serviços e fornecimentos diversos	44	12
<b>Total</b>	<b>5 375</b>	<b>4 226</b>

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Taxa para o ISP	182	36
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>36</b>

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Intangível - <i>value in force</i>	2 290	2 313
Equipamentos e aplicações informáticas	4	4
Outros	27	27
<b>Total</b>	<b>2 321</b>	<b>2 344</b>

O montante da Provisão para riscos e encargos de outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Comissões de guarda, gestão títulos e outras comissões	490	380
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>380</b>

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-1 173	-1 056
Custos imputados	-4 628	-3 408
Outros custos de aquisição	-930	-508
Custos de aquisição diferidos (variação)	-53	-57
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-44	-45
Custos imputados	-3 973	-3 887
Comissões e participação nos resultados de resseguro	905	535
<b>Total</b>	<b>-9 896</b>	<b>-8 426</b>

## Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Quadro técnico	17	9
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>9</b>

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Remunerações - Órgãos sociais	197	166
Remunerações - Pessoal	1 051	1 008
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	16	12
Encargos sobre remunerações - Pessoal	146	94
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	3	2
Seguros obrigatórios	12	-
Gastos de acção social	29	29
Formação	12	3
Outros gastos com pessoal	46	57
<b>Total</b>	<b>1 512</b>	<b>1 371</b>

## Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

### Pensões de reforma

Conforme referido na Nota 3, a T-Vida estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma na T-Vida é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2008.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2008 e 2007, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	3,5%- 4% (*)	3,5%- 4% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,25% - 4% (*)	1,25% - 4% (*)
Taxas de rendimento do fundo	6% - 5,7% (*)	6% - 5,7% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,50%	2,50%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%
<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Activos	4	3
Reformados	-	-
	<b>4</b>	<b>3</b>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-110	-91
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	123	94
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	13	3
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	28	5
<b>Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>41</b>	<b>8</b>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>91</b>	<b>40</b>
Custo do serviço corrente	4	2
Custo dos juros	5	2
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	10	5
Transferências de outros fundos	-	42
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>110</b>	<b>91</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Saldo do fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>94</b>	<b>40</b>
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	6	2
Ganhos e perdas actuariais	-13	-
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	36	10
Transferências de outros fundos	-	42
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>123</b>	<b>94</b>

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
(Ganhos) e perdas actuariais		
- nas responsabilidades	10	5
- nos activos do plano	13	-
<b>Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>28</b>	<b>5</b>

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2008 e 2007, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>-3</b>	<b>-</b>
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	10	5
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	13	-
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	4	2
- Custo dos juros	5	2
- Rendimento esperado do fundo	-6	-2
Contribuições efectuadas no ano	-36	-10
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>-13</b>	<b>-3</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Custo do serviço corrente	4	2
Custo dos juros	5	2
Rendimento esperado do fundo	-6	-2
<b>Custos do exercício</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

A evolução dos activos / (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
<b>Em 1 de Janeiro</b>	<b>8</b>	<b>-</b>
Custo do exercício	-3	-2
Contribuições efectuadas no ano	36	10
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>41</b>	<b>8</b>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Terrenos e edifícios	8 191	8 191
Acções e outros títulos de rendimento variável	9 565	23 493
Títulos de rendimento fixo	25 946	18 335
Depósitos em instituições de crédito	8 983	8 425
Devedores e credores do fundo	22	13
Juros a receber	758	277
	<b>53 465</b>	<b>58 734</b>

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade + BES-Vida, do qual a associada T-Vida representa cerca de 0,23% do total do fundo.

## Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

As declarações de autoliquidação, da Companhia, relativas aos exercícios de 2006 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2008 e 2007 explica-se como segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	985	0	29	992
Retenção de imposto na fonte	15	95	13	135
Imposto sobre o valor acrescentado	0	0	0	0
Outros impostos e taxas	0	240	0	67
Contribuições para a segurança social	26	27	41	51
	<b>1 026</b>	<b>362</b>	<b>83</b>	<b>1 245</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Investimentos	6 574	3 454	-158	-169	6 416	3 285
Prejuízos fiscais	4 715	0	0	0	4 715	0
Benefícios pessoal	0	159	0	0	0	159
	<b>11 289</b>	<b>3 613</b>	<b>-158</b>	<b>-169</b>	<b>11 131</b>	<b>3 444</b>

Os valores de 2008 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para as IFRS.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2008 foram reconhecidos como segue:

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
2008	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto corrente</b>	-	-	-13	-13
Estimativa de IRC			-	-
Imposto autónomo			-13	-13
<b>Imposto diferido</b>	<b>3 120</b>	-	<b>4 567</b>	<b>7 687</b>
Investimentos	3 120		11	3 131
Prejuízos fiscais			4 715	4 715
Benefícios pessoal			-159	-159
<b>Total</b>	<b>3 120</b>	-	<b>4 554</b>	<b>7 674</b>

## Nota 25 - Capital

O capital da T-Vida, de 65 milhões de euros representado por 65 milhões de acções de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

Os valores de registados em outros instrumentos de capital, de 37,5 e 57,5 milhões de euros, em 2008 e 2007, respectivamente, dizem respeito a prestações acessórias do accionista único.

## Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

## Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

## Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

## Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Reservas de justo valor de activos financeiros	-24 783	-13 010
Reserva por impostos diferidos	6 568	3 448
Outras reservas	542	103
- Reserva legal	542	103
<b>Reservas</b>	<b>-17 673</b>	<b>-9 459</b>

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Títulos de rendimento variável	-186	-156
Títulos de rendimento fixo	-24 597	-12 854
<b>Reservas de justo valor</b>	<b>-24 783</b>	<b>-13 010</b>

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	297 009	290 240
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
	<b>297 009</b>	<b>290 240</b>
Imparidade	-20 907	-
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	276 102	290 240
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	251 319	277 230
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
	<b>251 319</b>	<b>277 230</b>
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-24 783	-13 010
Impostos diferidos e correntes	6 568	3 448
<b>Reserva de reavaliação líquida de impostos</b>	<b>-18 215</b>	<b>-9 562</b>

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

## Nota 27 - Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Resultado líquido do exercício	-13 205	4 183
Número de acções	65 000 000	20 000 000
<b>Resultados por acção (em euros)</b>	<b>-0,20</b>	<b>0,21</b>

## Nota 28 - Dividendos por Acção

Durante o exercício de 2008 foram atribuídos e pagos 1 750 milhões de euros de dividendos ao accionista único, relativamente ao resultado do exercício de 2007.

## Nota 29 - Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da T-Vida é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a T-Vida e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.



Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante global dos activos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2008				2007			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO	76 832	1 071	2 560	4 735	76 099	223	2 027	5 450
ESUMÉDICA	-	-	77	-	-	-	156	-
BESI	5 814	-	-	-	-	-	-	-
BES LEASING	1 450	-	-	155	1 452	-	172	1 418
TRANQUILIDADE	3 368	10	-	-	-	684	-	-
BES VIDA	57 608	1 280	1 651	-	27 905	737	1 441	-
BEST	-	6	-	-	-	-	-	-
ESAF	-	353	354	-	-	-	-	-
BAC	-	3	-	-	-	-	-	-
	<b>145 072</b>	<b>2 723</b>	<b>4 642</b>	<b>4 890</b>	<b>105 456</b>	<b>1 644</b>	<b>3 796</b>	<b>6 868</b>

### Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição em 31 de Dezembro de 2006, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ajustamentos IFRS1 Impacto nos Capitais Próprios	Capital e Outros Instrumentos de Capital	Reservas	Resultados	Capitais Próprios
<b>Saldos a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>70 000</b>	<b>81</b>	<b>1 029</b>	<b>71 110</b>
IAS 19 - Bónus - distribuição de lucros				-
IAS 39 - Investimentos financeiros		56	211	267
IFRS 4 - Contratos de seguro			128	128
IAS 12 - Impostos diferidos sobre ajustamentos		-15	-93	-108
<b>Saldos a 1 de Janeiro de 2007</b>	<b>70 000</b>	<b>122</b>	<b>1 275</b>	<b>71 397</b>

### Nota 35 - Ajustamentos de Transição para o Novo Regime Contabilístico

Na preparação do balanço de abertura, da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a Companhia ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 94") e outras disposições emitidas pelo ISP.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ajustamentos IFRS1 Impacto nos Capitais Próprios	Capital e Outros Instrumentos de Capital	Reservas	Resultados	Capitais Próprios
<b>Saldos a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>77 500</b>	<b>103</b>	<b>2 835</b>	<b>80 438</b>
IAS 19 - Bónus - distribuição de lucros			(570)	(570)
IAS 39 - Investimentos financeiros		(13 009)	526	(12 483)
IFRS 4 - Contratos de seguro			128	128
IAS 12 - Impostos diferidos sobre ajustamentos		3 447	(14)	3 433
<b>Saldos a 1 de Janeiro de 2008</b>	<b>77 500</b>	<b>(9 459)</b>	<b>2 905</b>	<b>70 946</b>

A transposição efectiva para efeitos de reporte ao ISP, feita em 31 de Dezembro de 2007, com comparativo a 31 de Dezembro de 2006, foi apurada tendo em conta as demonstrações financeiras que a Companhia já apurava desde 01 de Agosto de 2006, o início da sua actividade, em conformidade com os IFRS, para efeitos de reporte ao accionista.

Os ajustamentos efectuados são explanados como segue:

### IAS 19 – Distribuição de lucros

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, a atribuição de bónus a empregados era reconhecida através da distribuição dos resultados. De acordo com o IAS 19, o bónus aos empregados são considerados como um custo com o pessoal e são registados no exercício a que respeitam. Nessa base, quando aplicável, procedeu-se ao ajustamento dos valores estimados de bónus respeitantes a cada exercício e pagos no exercício seguinte.

### IAS 39 - Fair value investimentos AFS/FVO

#### Títulos de rendimento fixo

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, os títulos de rendimento fixo, eram registados ao custo de aquisição, com excepção dos títulos afectos à carteira de investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto, era periodificado por contrapartida de proveitos ou custos ao longo do período até ao seu vencimento.

Para efeitos de conversão, os títulos de rendimento fixo e de rendimento variável foram classificados nas categorias de Activos Disponíveis para Venda ou Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo valorizados ao respectivo justo valor, com as mais e menos valias potenciais a serem registadas nas reservas ou em resultados.

#### Derivados

De acordo com as políticas contabilísticas locais, os derivados eram valorizados de acordo com as mesmas regras dos activos financeiros subjacentes. De acordo com o IAS 39, os derivados são valorizados ao justo valor com os ganhos e perdas potenciais reconhecidos nos resultados.

#### Derivados embutidos

Para os instrumentos financeiros híbridos que incluam um contrato principal e um derivado embutido estes devem, de acordo com o IAS 39, ser separados dos contratos principais e valorizados ao justo valor com os ganhos e perdas reconhecidos nos resultados. Alternativamente, os instrumentos financeiros híbridos podem ser valorizados globalmente ao justo valor com os ganhos e perdas reconhecidos nos resultados, opção tomada pela Companhia.

#### Imparidade

Adicionalmente, e de acordo com o IAS 39, os activos financeiros classificados na categoria Activos Disponíveis para Venda deverão ser sujeitos a testes de imparidade de acordo com critérios adequados, de forma a reflectir nos resultados as perdas permanentes de valor.

#### Recuperação das valias realizadas

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, as mais e menos valias realizadas eram determinadas com base no valor de balanço do exercício anterior. De acordo com o IAS 39, as mais e menos valias realizadas são determinadas pela diferença entre o valor de venda e o custo de aquisição/amortizado. Nessa base, a Companhia procedeu ao recálculo das reservas de reavaliação como forma de obter a diferença entre o justo valor e o custo de aquisição histórico.

### IFRS 4 – Contratos de seguro

A Companhia implementou procedimentos de actualização e adequação de responsabilidades, tendo por base a melhor estimativa dos *cash flows* futuros associados aos contratos, em complemento ao registo natural de responsabilidades numa base de caixa, usando para tal uma projecção actuarial a uma taxa de juro sem risco.

### IAS 12 - Impostos diferidos

De acordo com o IAS 12, todos os impostos diferidos (activos e passivos) devem ser reconhecidos no balanço:

- Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis;
- Impostos diferidos activos são apenas reconhecidos na medida em que poderão vir a ser recuperados no futuro próximo.

O ajustamento efectuado correspondeu a 26,5% da totalidade dos ajustamentos.

## Nota 37 - Outras Informações

### Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

### IAS 1 (Alterada) - Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a *IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras* alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.
- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Companhia decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

### **IAS 23 (Alterada) - Custos de empréstimos obtidos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, a *IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos* alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### **IAS 32 (Revista) – Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a *IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (“puttable instruments”)* e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### **IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### **IFRS 1 (Alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – demonstrações financeiras e separadas**

As alterações ao *IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro* e ao *IAS 27 - Demonstrações financeiras e separadas* são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### **IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em acções: condições de aquisição**

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Companhia, com referência a 31 de Dezembro de 2008, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não terá qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

### **IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) demonstrações financeiras e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a *IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades Empresariais*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

### **IFRS 8 – Segmentos operacionais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A *IFRS 8 - Segmentos Operacionais* define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a *IAS 34 - Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

#### **IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a *IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços*, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

O *endorsement* por parte da União europeia ainda se aguarda, estando previsto para o primeiro trimestre de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível da Companhia.

#### **IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a *IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo a Companhia encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

#### **IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis**

O *IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis*, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do *IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção*, sendo expectável que a *IAS 18* seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

#### **IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2008, a *IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- A cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- O instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da Companhia, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- Aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

#### **IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a *IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a *IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

### **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a Companhia em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

- Alteração à *IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação*, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o *IFRS 5* se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia;
- Alteração à *IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à *IAS 16 - Activos fixos tangíveis*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à *IAS 19 - Benefícios dos empregados*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do *IAS 19* serão adoptadas pela Companhia em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- Alteração à *IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido*. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o *IAS 20*. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;

• Alteração à *IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração*, eliminando assim a inconsistência existente entre o *IAS 23* e o *IAS 39*. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;

• Alteração à *IAS 27 - Demonstrações financeiras e separadas*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração*, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o *IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação*, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do *IAS 39*. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades da Companhia na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o *IAS 27*;

• Alteração à *IAS 28 - Investimentos em associadas*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao *IAS 28* tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do *IAS 36 Imparidade de activos*, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente;

• Alteração à *IAS 38 - Activos intangíveis*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da Companhia;

• Alteração à *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do *IFRS 8 Segmentos operacionais*, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração;

• Alteração à IAS 40 - *Propriedades de investimento*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - *Activos fixos tangíveis*). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

## Anexo 1 - Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(euros)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
BES BANCO ESPIRITO SANTO	533 900			11,17	5 962 677,35	6,53	3 486 900,90
<b>sub-total</b>	<b>533 900</b>	<b>0,00</b>			<b>5 962 677,35</b>		<b>3 486 900,90</b>
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BEF 07/11		4 000 000,00	100,00%	100,9%	4 035 464,00	102,8%	4 110 484,00
BES BESPLFLOAT 05/10		4 000 000,00	96,95%	99,8%	3 992 165,00	97,6%	3 904 480,23
BES EURO RENDA 16/04/2013		1 660 000,00	97,25%	91,5%	1 518 285,80	97,3%	1 614 350,00
BES EURO RENDA 20/05/2013 - 1ªS		1 753 000,00	101,15%	90,1%	1 579 144,44	101,2%	1 773 159,50
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	100,00%	100,0%	520 000,00	101,2%	526 383,14
BESLEASING FACTORING 22/08/2012		662 850,00	100,00%	100,0%	662 850,00	100,5%	666 301,13
BESLEASING FACTORING 22/09/2014		253 600,00	100,00%	100,0%	253 625,36	101,7%	257 816,10
BESPLfloat 03/12		1 500 000,00	97,32%	96,0%	1 440 000,00	97,4%	1 461 509,50
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>14 349 450,00</b>			<b>14 001 534,60</b>		<b>14 314 483,60</b>
<b>total</b>	<b>533 900</b>	<b>14 349 450,00</b>			<b>19 964 211,95</b>		<b>17 801 384,50</b>
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
EDP RENOVA	62 500			7,98	498 735,83	5,00	312 687,50
<b>sub-total</b>	<b>62 500</b>	<b>0,00</b>			<b>498 735,83</b>		<b>312 687,50</b>
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES - ACÇÕES EUROPA	1 748			11,71	20 473,63	7,63	13 341,12
ES - CAPITALIZAÇÃO	6 488			9,27	60 134,15	9,47	61 455,72
ES - GESTÃO ACTIVA FF	565			6,08	3 436,14	6,06	3 424,68
ES - OBRIGAÇÕES EUROPA	12			9,45	114,20	10,62	128,37
<b>sub-total</b>	<b>8 813</b>	<b>0,00</b>			<b>84 158,12</b>		<b>78 349,89</b>
<b>sub-total</b>	<b>71 313</b>	<b>0,00</b>			<b>582 893,95</b>		<b>391 037,39</b>
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.3 - De outros emissores							
Dep Prazo EUR BES					17 500 000,00		17 500 000,00
Cert Dep EUR BES AFS					6 230 215,81		6 230 215,81
Dep Prazo EUR MG					13 500 901,13		13 756 655,72
Cert Dep EUR BES FVO					1 960 000,00		1 960 273,55
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					12 273 000,99		12 473 532,87
Dep Prazo Eur BES1					5 000 000,00		5 000 416,67
Dep Prazo EUR BCP					19 210 972,04		19 548 444,78
ABBAY NATL TREAS 08/10	750 000,00	99,06%	99,9%	749 287,50	99,5%	746 340,20	
BANIF FINANCE 22/12/2016	2 000 000,00	86,80%	100,0%	2 000 000,00	86,9%	1 737 916,00	
BCP FINANCE BANK 21/12/16	500 000,00	80,06%	90,8%	454 000,00	80,2%	400 769,72	
BCP Finance Float/09	400 000,00	99,02%	99,1%	396 240,00	100,2%	400 878,37	
BCPPL FL 08-05/10	1 000 000,00	97,95%	99,8%	998 090,00	98,4%	983 798,38	
CXGD 6.25 99-10/2009	2 500 000,00	100,40%	100,5%	2 512 500,00	101,8%	2 544 246,59	
CXGD FLOAT 08-05/10	1 350 000,00	99,49%	100,0%	1 349 487,00	100,0%	1 350 237,81	
IBESM 6.375% 25/11/11	2 300 000,00	105,46%	100,8%	2 318 400,00	106,1%	2 440 133,65	
ING BANK NV 8/11	2 000 000,00	99,50%	99,9%	1 997 220,00	100,0%	1 999 807,05	
MONTPI 29/05/2013	2 250 000,00	94,03%	99,8%	2 244 375,00	94,4%	2 123 843,00	
Pcomercial SONAE DIST - 48ª ED	5 545 783,73	100,00%	100,0%	5 545 783,73	100,2%	5 554 906,55	
Pcomercial SONAE DIST 47ª EM	2 423 129,86	100,00%	100,0%	2 423 129,86	100,0%	2 423 791,11	
PTRELAOM0000 REN 6 3/8 12/13	1 500 000,00	101,91%	99,6%	1 493 955,00	102,3%	1 534 076,71	
<b>total</b>	<b>71 313</b>	<b>24 518 913,59</b>			<b>100 740 452,01</b>		<b>101 101 321,93</b>


(euros)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Incluf juros decorridos)	
						Unitário	Total
DESIGNAÇÃO							
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	71			0,89	63,00	6,74	478,54
CREDIT AGRICOLE SA	239 998			18,29	4 390 754,42	8,00	1 919 984,00
<b>sub-total</b>	<b>240 069</b>	<b>0,00</b>			<b>4 390 817,42</b>		<b>1 920 462,54</b>
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	147 469			10,80	1 592 311,90	7,61	1 122 832,39
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	79 392			10,97	870 612,14	6,98	553 838,03
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	50 190			10,42	523 176,82	6,54	328 446,24
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	30 607			10,87	332 775,83	6,40	195 916,94
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	8 487			22,29	189 153,08	13,23	112 281,16
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	12 228			21,35	261 041,96	13,18	161 164,78
FUNDO ESP INV IMOB FECHADO	300 000			1 000,00	300 000 000,00	1 000,23	300 069 390,00
STENHAM BERLIN RESIDENCIAL FUND	3 000 000			1,00	3 000 285,00	1,00	3 000 000,00
<b>sub-total</b>	<b>3 628 374</b>	<b>0,00</b>			<b>306 769 356,73</b>		<b>305 543 869,54</b>
<b>sub-total</b>	<b>3 868 443</b>	<b>0,00</b>			<b>311 160 174,15</b>		<b>307 464 332,08</b>
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ALPHA FLOAT 17/01/2012	3 000 000,00		87,50%	100,0%	3 001 200,00	88,6%	2 658 862,50
ALPHA-SIRES LTD 04/02/09	4 000 000,00		100,45%	100,6%	4 024 280,00	101,9%	4 075 570,00
AUTOSTRADE SPA 06/09/2011	13 500 000,00		99,50%	100,5%	13 570 335,00	99,7%	13 465 607,26
BANCA POP VERONA NOVARA 08/02/17	4 000 000,00		75,61%	99,9%	3 997 000,00	76,3%	3 053 502,89
BAT HOLDINGS BV 16/05/2010	2 500 000,00		97,17%	100,4%	2 510 250,00	97,7%	2 443 571,88
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020	5 000 000,00		76,92%	99,9%	4 995 137,32	78,2%	3 908 411,54
BOSTON SCIENTIFIC 6% 15/06/2011	5 000 000,00		71,50%	77,0%	3 848 777,13	71,7%	3 584 345,29
CAJA CASTILLA 02/11/2016	3 000 000,00		40,00%	100,0%	3 000 360,00	41,0%	1 228 565,83
CAJA DE AHORROS MURCIA 03/15/14	2 000 000,00		100,00%	101,0%	2 020 100,00	100,2%	2 003 539,56
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019	4 000 000,00		78,75%	99,5%	3 981 460,00	79,7%	3 189 314,11
CANDI 2006-1 A2	2 500 000,00		95,26%	98,5%	2 463 220,00	95,7%	2 393 502,29
CIT GROUP INC 30/11/2011	4 000 000,00		81,90%	99,8%	3 990 825,00	82,3%	3 290 418,95
COMPAGNIE ST GOBAIN 11/04/2012	2 200 000,00		84,50%	99,9%	2 197 008,00	85,8%	1 887 020,85
COMPUTER 7.375% 15/06/11	5 000 000,00		74,80%	81,1%	4 054 150,11	75,0%	3 751 770,42
CRDIT Var 07/14	3 000 000,00		98,50%	98,5%	2 955 392,00	99,5%	2 985 003,50
CREDIT LNKD STRUCT SEC 4/06/2009	200 000,00		100,64%	100,7%	201 414,00	102,0%	204 067,83
DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	2 000 000,00		97,07%	99,8%	1 995 000,00	97,1%	1 941 965,17
DOURM 1 A	821 537,70		85,19%	98,6%	809 824,92	85,3%	700 623,14
DRSDNR Float 10	2 000 000,00		99,95%	100,0%	2 000 000,00	101,4%	2 028 489,28
Deutsche Bk 09/22/15	400 000,00		76,96%	96,1%	384 480,00	77,0%	308 168,20
EBS BUILDING SOCIETY 28/11/2016	5 000 000,00		90,25%	99,9%	4 993 150,00	90,6%	4 531 833,75
EIRLES TWO 195 PERPETUAL	2 500 000,00		100,00%	100,0%	2 500 000,00	101,6%	2 540 793,75
ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1 200 000,00		86,46%	99,7%	1 196 760,00	86,5%	1 037 946,80
FINANS FOR INDUST&HAN 15/01/2010	2 000 000,00		97,05%	100,3%	2 005 360,00	98,3%	1 965 091,54
GE CAP EUR FUND 03/04/2014	8 000 000,00		81,00%	100,0%	8 000 000,00	82,3%	6 587 413,11
GE CAP EUR FUND 17/05/2021	7 500 000,00		87,00%	99,1%	7 434 750,00	87,5%	6 565 773,33
GOLDMAN SACHS 30/01/2017	3 000 000,00		85,98%	99,8%	2 995 300,00	86,9%	2 606 321,34
GOLDMAN SACHS 23/05/2016	6 000 000,00		86,01%	100,1%	6 005 400,00	86,5%	5 188 567,40
HALIFAX PLC PERPETUAL	9 500 000,00		94,99%	100,9%	9 585 250,00	95,2%	9 045 654,90
HIPOT 5 A2	379 359,51		95,69%	97,9%	371 392,96	96,0%	364 343,91
HMI 2006-1X 3A2	2 500 000,00		93,12%	99,3%	2 483 310,00	94,3%	2 356 921,25
JP MORGAN 12/10/2015	9 200 000,00		91,03%	100,1%	9 207 443,48	92,3%	8 492 697,25
JP MORGAN 30/01/2014	5 000 000,00		95,33%	99,5%	4 973 000,00	96,2%	4 809 736,67
KAUPTHING BANK HF 17/08/2012	3 000 000,00		8,00%	99,3%	2 978 250,00	8,0%	240 000,00
KION 2006-1 A	1 234 860,27		85,72%	98,6%	1 217 019,29	86,9%	1 072 939,77
KONINKLIJKE KPN NV 07/21/2009	3 158 000,00		99,75%	100,2%	3 163 368,60	100,8%	3 184 017,97
LEHMAN BROS HOLD 05/02/2014	5 000 000,00		12,00%	99,9%	4 996 500,00	12,0%	600 000,00
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016	10 000 000,00		12,00%	99,5%	9 945 250,00	12,0%	1 200 000,00
LEV FIN CAP II 02/09/2016	2 000 000,00		100,00%	101,0%	2 020 000,00	101,9%	2 038 460,00
MACQUARIE BANK 06/12/2016	1 500 000,00		58,50%	99,9%	1 497 945,00	58,8%	881 686,46
MAGEL 3 A	794 581,65		87,66%	98,7%	784 287,40	88,2%	700 940,42
MERRILL LYNCH 16/02/2012	4 000 000,00		96,14%	95,4%	3 815 430,00	96,7%	3 867 498,20
MERRILL LYNCH 31/01/2014	7 000 000,00		94,24%	99,6%	6 971 400,00	95,1%	6 657 385,27
MORGAN STANLEY 13/04/2016	10 000 000,00		82,01%	100,1%	10 005 000,00	83,3%	8 327 939,84
MORGAN STANLEY 16/01/2017	5 000 000,00		83,07%	100,1%	5 002 500,00	84,3%	4 213 197,17
NATEXIS BANQUES POP 26/01/2017	2 500 000,00		77,17%	100,2%	2 505 002,50	78,1%	1 952 836,67
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP	1 400 000,00		63,65%	99,7%	1 396 132,50	63,7%	891 406,52
OTE Plc Float 11/09	1 500 000,00		99,89%	98,9%	1 482 850,00	100,4%	1 505 608,34
PELIC 2 A	396 359,89		100,00%	99,2%	393 055,83	100,2%	396 978,55



IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Incluf juros decorridos)	
						Unitário	Total
DESIGNAÇÃO							
PELICAN 3 A		1 109 701,68	76,95%	98,3%	1 090 934,66	77,1%	855 553,87
RAMPER INV LTD 21/10/2013		21 420 450,00	100,00%	100,0%	21 421 320,00	101,1%	21 656 477,78
ROYAL BK SCOTLAND 49		10 000 000,00	93,12%	100,8%	10 080 000,00	94,6%	9 457 379,61
Repsol Float 02/12		2 000 000,00	98,20%	96,2%	1 923 870,00	98,8%	1 975 202,51
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		5 000 000,00	80,19%	99,9%	4 997 250,00	80,3%	4 013 302,22
SCHNEIDER ELECTRIC SA 18/07/2011		2 000 000,00	98,00%	100,2%	2 003 000,00	99,1%	1 981 747,78
SLM CORPORATION 17/06/2013		7 000 000,00	73,74%	100,0%	6 996 800,00	73,9%	5 173 192,73
SNSBNK FLT 08-06/10		500 000,00	94,82%	99,9%	499 525,00	95,2%	475 990,68
SVENSKA HANDELSBANKEN PERPETUAL		2 000 000,00	78,00%	99,9%	1 997 280,00	78,1%	1 561 503,11
TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12		5 000 000,00	90,87%	99,0%	4 952 300,00	91,2%	4 558 279,86
TELEFONICA EMIS 25/01/2010		6 000 000,00	98,00%	100,3%	6 018 785,00	99,0%	5 938 859,50
THEME 4 A		1 276 279,15	100,00%	97,8%	1 247 818,12	100,7%	1 284 766,68
VIVENDI 10/03/2011		1 400 000,00	97,14%	98,9%	1 384 782,00	98,6%	1 380 003,29
VODAFONE 05/09/2013		8 500 000,00	96,33%	100,4%	8 534 950,00	96,6%	8 214 267,31
VODAFONE 13/01/2012		9 900 000,00	95,26%	100,6%	9 963 360,00	96,5%	9 556 035,22
WB FL 06-08/2011		800 000,00	87,69%	94,8%	758 069,00	88,5%	708 005,33
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>272 291 129,86</b>			<b>269 795 364,82</b>		<b>231 716 878,15</b>
<b>total</b>	<b>3 868 443</b>	<b>272 291 129,86</b>			<b>580 955 538,97</b>		<b>539 181 210,23</b>
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							673 524,19
<b>total</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		<b>673 524,19</b>
<b>total</b>	<b>3 939 756</b>	<b>296 810 043,45</b>			<b>681 695 990,98</b>		<b>640 956 056,35</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>4 473 656</b>	<b>311 159 493,45</b>			<b>701 660 202,93</b>		<b>658 757 440,85</b>



 ALBANO DA SILVA PEREIRA  
1950, Tondela, Portugal  
Bani (Mali), 2004  
Prova Cromogénea de ampliação digital  
(Processo Lightjet Lambda)  
84x104cm  
Edição Única + 1 PA

Cortesia do Artista

# 07 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de **830.355.271** euros e um total de capital próprio de **72.337.543** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **13.204.846** euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

#### ÊNFASES

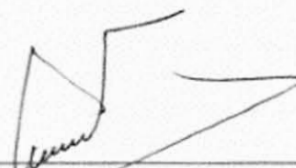
9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para as situações seguintes:

- a) Na nota n.º 3 (Transição para o novo Plano de Contas) e nota n.º 35 (Ajustamentos de Transição para o Novo Regime Contabilístico) do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se divulgados os efeitos relativos à aplicação pela primeira vez, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, do novo regime contabilístico aplicável às empresas de seguros (Normas Regulamentares n.º 4/2007 e n.º 20/2007 do Instituto de Seguros de Portugal), o qual acolheu as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro.

O impacto global, no Capital Próprio, da transição em 31 de Dezembro de 2007 para 01 de Janeiro de 2008, foi negativo de 9.492.372 euros.

- b) Conforme descrito no Relatório do Conselho de Administração foi efectuado, durante o exercício de 2008, o reforço do capital social no valor de 45.000.000 euros, passando a ser de 65.000.000 euros, tendo ocorrido o reembolso de prestações acessórias no valor de 20.000.000 euros.

Lisboa, 04 de Março de 2009



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, venho apresentar o meu Relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2008, que me foram apresentados pelo Conselho de Administração.

A Companhia foi constituída em 28 de Julho de 2006, tendo iniciado a sua actividade em 01 de Agosto de 2006, como resultado da reestruturação havida no âmbito do sector segurador do Grupo Espírito Santo, com o objectivo de explorar o ramo vida.

Neste exercício destaco a variação negativa da Reserva de Reavaliação (por ajustamentos no justo valor de activos financeiros) de 11.774 milhares de euros e o Resultado Líquido negativo de 13.205 milhares de euros.

No seu segundo ano de actividade completo, a T-Vida apresentou um crescimento de produção de 316.307 milhares de euros, apresentando uma variação positiva de 405,5%, e uma receita de 394.307 milhares de euros. Esta variação está influenciada por uma operação de capitalização financeira realizada em 2008, no valor de 310.000 milhares de euros. Excluindo este efeito, o crescimento da T-Vida ascenderia a 8,1%.

A 31 de Dezembro de 2008, os Passivos de Contratos de Seguro e de Investimento cresceram 79,0%, crescimento justificado essencialmente por uma operação de capitalização financeira, no valor de 310.000 milhares de euros, representando 42,0% dos Passivos de Contratos de Seguro e de Investimento. Excluindo este efeito, por se tratar de uma operação pontual, verifica-se em 2008 um crescimento de 3,9%.

Neste exercício realço ainda o reforço do Capital Social em 45.000 milhares de euros, perfazendo 65.000 milhares de euros, e o reembolso de Prestações Acessórias no valor de 20.000 milhares de euros, o que totaliza um efeito global de 25.000 milhares de euros.



## **2. RELATÓRIO**

- 2.1. Acompanhei durante esse período, a actividade da Companhia, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizei também testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária.
- 2.2. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-me todos os esclarecimentos e informações solicitados.
- 2.3. Analisei o Relatório de Gestão, que refere os principais factos ocorridos no exercício e analisei também o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e respectivo Anexo, tendo verificado que foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos normalmente aceites para o sector segurador em Portugal, obedecem aos preceitos legais e estatutários e exprimem a situação patrimonial da Empresa.
- 2.4. O Relatório Anual de Revisão Legal, por mim subscrito, refere os principais trabalhos executados e as conclusões e a minha Certificação Legal das Contas exprime a minha opinião sobre as demonstrações financeiras mencionadas.
- 2.5. Em face do que antecede emito o seguinte:

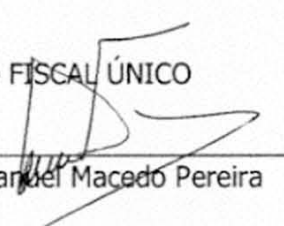
## **3. PARECER**

Sou de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) aprove o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício de 2008 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 04 de Março de 2009

O FISCAL ÚNICO

  
José Manuel Macedo Pereira

